

24h

BAHIA

Aprovada urgência para votar empréstimo

R\$ 1,5 BILHÃO A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou, em sessão extraordinária virtual ontem, o requerimento de urgência feito pelo governo do estado para apreciação do Projeto de Lei nº 24.104/2021, que permite ao poder Executivo contratar um empréstimo de R\$ 1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil para tocar obras de infraestrutura.

A sessão foi comandada pelo deputado Adolfo Menezes (PSD), presidente da Casa. O requerimento de urgência 9.717/2021 teve 37 votos favoráveis e 14 contra. A votação acontecerá amanhã, também em sessão virtual.

A oposição argumentou que o volume do empréstimo solicitado deveria ser apreciado somente de modo presencial - que está suspenso pela Alba por conta da pandemia até o próximo dia 22, quando expira o decreto municipal em Salvador e região metropolitana

Projeto de Lei permite ao poder Executivo contratar de R\$ 1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil para tocar obras de infraestrutura

determinando o fechamento de atividades não essenciais.

O deputado Carlos Geilson (Podemos) afirmou que esse projeto vai interferir nas contas públicas durante os próximos anos e, por isso, não deve ser votado com urgência, "mas após ser analisado amíúde para que se saiba onde vai cada centavo a ser aplicado".

O presidente da Alba apontou, porém, que todos os ritos legislativos continuam mantidos, tanto na votação presencial quanto na remota. "Votações muito impactantes para o país es-

tão sendo feitas também à distância na Câmara dos Deputados e no Senado", argumentou Adolfo Menezes.

Integrante da bancada de oposição, Hilton Coelho (Pso) afirmou que o projeto não é bem fundamentado e necessita de mais explicações sobre as aplicações do dinheiro pedido.

Secretário estadual da Fazenda (Sefaz), Manoel Vitória declarou que a proposta tem como objetivo manter os investimentos públicos e compensar os gastos com a covid-19, que já chegam a R\$ 1,8 bilhão.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 16/03/21	<u>Cita Secretário</u>



ALBA APROVA REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA PL QUE AUTORIZA EMPRÉSTIMO DE R\$ 1,5BI PELO ESTADO



admin 16 Março, 2021

A Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) aprovou, em sessão extraordinária virtual o requerimento de urgência feito pelo governo do estado para apreciação do Projeto de Lei nº 24.104/2021, que permite o poder Executivo contratar um empréstimo de R\$1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil para tocar obras de infraestrutura na Bahia. A sessão foi comandada pelo deputado Adolfo Menezes (PSD), presidente da Casa. O requerimento de urgência 9.717/2021 teve 37 votos favoráveis e 14 contra – número suficiente para a apreciação, que acontecerá na quarta-feira (17), também em sessão virtual.

A oposição argumentou que o volume do empréstimo solicitado deveria ser apreciado somente de modo presencial – que está suspenso pela Alba por conta da pandemia até o próximo dia 22, quando expira o decreto municipal em Salvador e Região Metropolitana determinando o fechamento de atividades não essenciais. O deputado Carlos Geilson (Podemos) afirmou que esse projeto vai interferir nas contas públicas durante os próximos anos e, por isso, não deve ser votado com urgência, “mas após ser analisado amiúde para que se saiba onde vai cada

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 16/03/2021	Página: B1
Assunto: <u>Oposição esperneia com o empréstimo de R\$ 1,5 bi.</u>	

A TARDE

Oposição esperneia com o empréstimo de R\$ 1,5 bi

A oposição esperneou para aprovar o regime de urgência do projeto do governo que toma R\$ 1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil. Todos os que se pronunciaram foram contra a pressa, sob o argumento de que é muito dinheiro para ser liberado assim. Mas Sandro Régis (DEM), o líder da bancada da oposição, deixou entrever os reais motivos políticos da preocupação:

– É muito dinheiro, e isso compromete o futuro. O governo pode ser o mesmo, mas pode ser que seja ACM Neto também.

Outro detalhe curioso. Em sessões virtuais da Assembleia, como a de ontem, o alarido feito pelos deputados oposicionistas é tão grande que a bancada parece imensa. Na votação, o governo ganhou de 37 a 16.

centavo a ser aplicado”. O presidente da Alba discordou da argumentação e apontou que todos os ritos legislativos continuam mantidos, tanto na votação presencial quanto na remota.

“É um projeto de lei muito importante, sim, mas não podemos deixar de trabalhar, ainda que de modo virtual, por causa da pandemia. Votações muito impactantes para o país estão sendo feitas também, à distância, na Câmara dos Deputados e no Senado. Continuamos cumprindo nosso dever”, disse Adolfo Menezes. Integrante da bancada de oposição, Hilton Coelho (Psol) afirmou que o projeto não é bem fundamentado e necessita de mais explicações sobre as aplicações do dinheiro pedido. **Secretário estadual da Fazenda (Sefaz), Manoel Vitorio** declarou que a proposta tem como objetivo manter os investimentos públicos e compensar os gastos com a Covid-19, que já chegam a R\$ 1,8 bilhão.

O empréstimo, de acordo com o que explanou o titular da Sefaz, é para fazer face às necessidades de investimentos em obras de infraestrutura, já que o governo do estado teve que arcar com vultosos e inesperados gastos no combate à pandemia. “O governo do estado possui boa saúde financeira e o governador Rui Costa necessita dos recursos para tocar importantes obras de mobilidade urbana e infraestrutura, como a ponte Salvador-Itaparica, o VLT do Subúrbio, novos ramais do Metrô e a nova Rodoviária de Salvador”, disse o líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto (PT).

Veículo: Tribuna da Bahia	• Caderno: Política / Raio Laser
Data: 16/03/2021	Página: 02

Tribuna

IPVA

Os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 30 e 31 de março, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. No caso de veículos com placas de final 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 0, o condutor também poderá pagar com o abatimento de 5%, observado o vencimento na tabela do IPVA 2021.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/03/2021	



IPVA com 5% de desconto vale até este mês para veículos com placas de final 1 e 2

15 março 2021



Foto: Camila Souza/GOVBA

Os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 30 e 31 de março, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. No caso de veículos com placas de final 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 0, o condutor também poderá pagar com o abatimento de 5%, observado o vencimento na tabela do IPVA 2021.

O IPVA também pode ser dividido em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspetoria Eletrônica – IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Fonte: Ascom/ Sefaz



CAPA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](https://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas)) **COLUNISTAS** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](https://www.bahiaja.com.br/colunistas))
ARTIGOS ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](https://www.bahiaja.com.br/artigos)) **FALE CONOSCO** ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco))
ter?a-feira, 16 de mar?o de 2021

BAHIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/BAHIA](https://www.bahiaja.com.br/bahia))

IPVA COM DESCONTO VALE ATÉ ESTE MÊS À VEÍCULOS COM PLACAS DE FINAL 1/2

Abatimento é válido para o pagamento à vista, observando as datas que variam de acordo com o final da placa do veículo

Ascom Sefaz , Salvador | 15/03/2021 às 18:04

CALENDÁRIO DE PAGAMENTO - IPVA 2021					
FINAL	PARCELAMENTO			PAGAMENTO EM COTA ÚNICA	
	1ª COTA até	2ª COTA até	3ª COTA até	COM DESCONTO DE 5%	SEM DESCONTO
1	30/03/2021	29/04/2021	28/05/2021	30/03/2021	28/05/2021
2	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	31/03/2021	31/05/2021
3	29/04/2021	27/05/2021	29/06/2021	29/04/2021	29/06/2021
4	30/04/2021	28/05/2021	30/06/2021	30/04/2021	30/06/2021
5	27/05/2021	29/06/2021	29/07/2021	27/05/2021	29/07/2021
6	28/05/2021	30/06/2021	30/07/2021	28/05/2021	30/07/2021
7	29/06/2021	29/07/2021	30/08/2021	29/06/2021	30/08/2021
8	30/06/2021	30/07/2021	31/08/2021	30/06/2021	31/08/2021
9	29/07/2021	30/08/2021	29/09/2021	29/07/2021	29/09/2021
0	30/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	30/07/2021	30/09/2021

IPVA com 5% de desconto vale até este mês para veículos com placas de final 1 e 2

Foto: Divulgação

proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento. O pagamento do tributo referente a embarcações e aeronaves deverá ser efetuado até 1º de junho de 2021.

Os proprietários de veículos com placas de final 1 e 2 têm até os dias 30 e 31 de março, respectivamente, para aproveitar o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), em cota única. Para realizar a transação, o contribuinte deve utilizar uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. No caso de veículos com placas de final 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 0, o condutor também poderá pagar com o abatimento de 5%, observado o vencimento na tabela do IPVA 2021.

O IPVA também pode ser dividido em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Vale ressaltar que quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas no site www.sefaz.ba.gov.br (<http://www.sefaz.ba.gov.br/>), Canal Inspeção Eletrônica - IPVA, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2021. No entanto, o



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=24&idNoticia=131163>)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2021/03/15/lauro-de-freitas-suspende-aplicacao-da-1-dose-por-falta-de-vacinas,131177,0.html>)
LAURO DE FREITAS SUSPENDE APLICAÇÃO DA 1ª DOSE POR FALTA DE VACINAS
(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2021/03/15/lauro-de-freitas-suspende-aplicacao-da-1-dose-por-falta-de-vacinas,131177,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2021/03/15/lauro-de-freitas-suspende-aplicacao-da-1-dose-por-falta-de-vacinas,131177,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2021/03/15/lauro-de-freitas-suspende-aplicacao-da-1-dose-por-falta-de-vacinas,131177,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2021/03/15/lauro-de-freitas-suspende-aplicacao-da-1-dose-por-falta-de-vacinas,131177,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/bahia/noticia/2021/03/15/comeca-processo-de-selecao-para-estudantes-monitores-do-mais-estudo,131176,0.html>)

COMECA PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ESTUDANTES MONITORES DO MAIS ESTUDO

Veículo: Varela Notícias	
Data: 15/03/21	



15/03/21 às 18h19 - Atualizado em 15/03/21 às 18h33

AL-BA aprova urgência para votar empréstimo de R\$ 1,5 bi ao governo da Bahia

Objetivo é investir em infraestrutura



(Foto: Divulgação)

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

Em sessão nesta segunda-feira (15), a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) aprovou requerimento de urgência para votação sobre o pedido de empréstimo de R\$ 1,5 bilhão ao Banco do Brasil solicitado pelo governo do estado. O objetivo é investir em infraestrutura.

Liderada pelo deputado Sandro Régis (DEM), a bancada de oposição já havia divulgado posicionamento contrário ao requerimento.

No comunicado, o democrata disse: “Por entender que um projeto da importância desse empréstimo, primeiro, não pode ser votado de forma virtual. É um projeto que merecia maior conhecimento e maior discussão dentro da Casa, até porque vai causar, sem dúvidas, um grande impacto financeiro futuro”.

Com postura independente na Casa, o deputado Hilton Coelho (PSOL) também votou contra o requerimento.

O governo argumenta, como justificativa para o pedido de empréstimo, que é necessário para cumprir as necessidades de investimentos em obras de infraestrutura, já que o estado teve que arcar com gastos no combate à pandemia.

“Nenhuma forma de votação foi suprimida. Tanto oposição quanto votação tem na forma regimental de proceder a todos os debates. O fato de estar distante não quer dizer que estamos ausentes da seriedade desse debate”, rebateu o deputado Zé Raimundo (PT).

Apesar da postura dos opositores, o governo Rui Costa (PT) tem maioria na AL-BA; 46 deputados integram a base de apoio, enquanto 17 compõem a minoria.

Veículo: Bahia.ba	
Data: 16/03/2021	



Majoria na Alba espera votar empréstimo de R\$ 1,5 bilhão na quinta-feira (18)

Nesta segunda-feira, Assembleia Legislativa aprovou a urgência na matéria, sem apoio da oposição



Foto: Agência Alba

A base do governo na Assembleia Legislativa espera votar na próxima quinta-feira (18) o projeto que autoriza o executivo a contratar empréstimo de R\$ 1,5 bilhão para investimentos em infraestrutura. Nesta segunda-feira (15), sob críticas da oposição, o parlamento aprovou a urgência no projeto de lei 24.104/21.

Segundo o líder do governo na Casa, deputado Rosemberg Pinto (PT), a operação é necessária porque o estado redirecionou recursos para o combate à pandemia. “A maioria das obras privadas no Brasil está paralisada, e na Bahia não é diferente. O Estado é capaz de motivar e garantir investimentos para gerar renda a uma população que depende dessas obras”, defendeu Rosemberg.

A sessão da próxima quinta está marcada para às 10hs. Nela, Rosemberg Pinto espera costurar o apoio também da oposição, como em matérias relativas à pandemia. Segundo o líder da oposição, deputado Sandro Régis (DEM), o Executivo tomou emprestado cerca de R\$ 6 bilhões, considerando essa matéria. “Isso significa quase R\$ 1 bilhão em empréstimo por ano. Gestão pública é cuidar bem do dinheiro do povo”, disse.

Bolsonaro diz que aumento de imposto sobre diesel é culpa de governadores



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Aumento do **ICMS** contribuiu na alta de preços de combustível e do gás de cozinha. Foto: AFP

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) atribuiu o aumento da cobrança de **ICMS** sobre o diesel em alguns estados do país a governadores. Em conversa com apoiadores no Palácio do Planalto, nesta segunda-feira, 15, o mandatário disse que os governadores querem que os brasileiros 'continuem pagando alto', em referência ao combustível e o gás de cozinha.

'Dezenove governadores aumentaram o **ICMS**. Eu baixei o imposto para ficar mais barato o diesel e o gás de cozinha e 19 governadores querem que vocês continuem pagando alto', declarou o presidente.

De acordo com o ato do **Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz)**, não aumentaram os impostos na segunda quinzena de março, os estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco.

Apesar de não constar no ato do **Confaz**, o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), negou nas redes sociais, neste domingo, 14,, o aumento de **ICMS** no estado.

'Não vou autorizar aumento de **ICMS** aqui no Paraná, ainda mais de combustível. Há anos não temos aumento de **ICMS** no nosso estado, e não vamos admitir que órgãos de controle econômico façam isso, justo nesse momento tão difícil', afirmou.

Assuntos e Palavras-Chave: Procuradoria Geral do Estado - CONFAZ | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS,Confaz

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião/Tempo Presente
Data: 16/03/2021	Página: A2
Assunto: <u>Tributos de fertilizantes</u>	

A TARDE

Tributos de fertilizantes

Os produtores rurais da Bahia e de outros estados manifestaram-se insatisfeitos, por meio da sua entidade representativa, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, por terem os fertilizantes sido excluídos do Convênio ICMS 100/97. Para as lideranças do setor, o único a pontuar positivo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, todos os insumos mereceriam igual tratamento, na prorrogação do convênio até dia 31 de dezembro de 2025, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária, composto pelos secretários estaduais da Fazenda. Os secretários decidiram tributar o comércio de fertilizantes, no novo texto do convênio alegando ser a medida incentivadora para a produção nacional do insumo, contribuindo, assim, na redução da dependência externa.

Correção Ao contrário do que foi publicado no infográfico da matéria Entenda o que está por trás da alta da gasolina, publicada na edição de ontem (15/3), o valor do ICMS médio cobrado sobre o preço é de 29% e o custo do álcool anidro é de 12,2% do total.

Governo estima vacinar 100% dos jovens baianos até o final do ano

SPUTNIK V O governo da Bahia e o Fundo Soberano Russo celebraram o contrato para a compra de 9,7 milhões de doses da vacina Sputnik V. O ato aconteceu na tarde de ontem, em reunião virtual entre o governador Rui Costa, o CEO do Fundo Soberano, Kirill Allexandrovich Dmitriev, e o presidente do Consórcio Nordeste e go-

vernador do Piauí, Wellington Dias. De acordo com o governo, o primeiro lote com doses do imunizante, de um total de quatro, chegará à Bahia no mês de abril. O restante em maio, junho e julho. A vacina russa teve eficácia de 91,6% contra a covid-19.

O governador estima poder vacinar toda a população jo-

vem da Bahia até o final do ano, após concluída a vacinação dos idosos acima de 60 anos. "Até o final do ano, se Deus quiser, nós vamos completar com 100% dos jovens", disse Rui, durante live de retorno das aulas na rede estadual de ensino, na manhã de ontem. Ele aproveitou para apelar aos jovens para que não promovam aglomerações.

Mais de 69% dos bares e restaurantes podem fechar

PESQUISA Uma pesquisa divulgada ontem pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes Seção Bahia (Abrasel) aponta que, por causa do 'lockdown parcial' que vai até o dia 22, 69% dos estabelecimentos podem fechar de vez ou já foram à falência. Por conta do toque de recolher - proibição de circulação entre as 20h e as 5h até 1º de abril -, o número aumenta para 74,2%, sendo que 17,4% dos entrevistados disseram que não vão mais abrir e 43,2% não sabem como vão funcionar. O levantamento foi realizado neste mês com 513 proprietários baianos.

Os dados também apontam que 77% dos estabelecimentos não estão com as contas em dia ou até conseguiram se manter até aqui, mas não terão dinheiro para pagar os boletos do próximo mês. Cerca de 67% deles têm ou vão passar a ter em abril dívidas com os bancos.

Para o presidente da Abrasel Bahia, Luiz Henrique Amaral, o cenário é caótico. "De março do ano passado até agora, sem dúvida, esse quadro atual é muito mais agudo do que toda a fase que a gente já passou. Estamos com a projeção de um pico ainda pior do que o de 2020", afirma.

Governo quer destravar recursos para pagar salários

REGRA DE OURO O governo encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional ontem pedindo autorização para executar uma série de despesas antes da aprovação do Orçamento de 2021 (LOA), que ainda não foi votado pelo Legislativo. O argumento é destravar parte de um montante total de R\$ 453,7 bilhões que ainda não podem ser gastos em função da regra de ouro. Prevista na Constituição, essa regra fiscal proíbe o governo de usar recursos obtidos de empréstimos, via emissão de títulos públicos, para bancar despesas correntes, como é o caso dos salários.

O valor de R\$ 453,7 bilhões equivale a 30% das despesas totais deste ano e inclui gastos com pessoal e Previdência. Este é o terceiro ano consecutivo em que a regra de ouro fica

160
bilhões de reais é o quanto o governo quer liberar para bancar parte de suas despesas antes da aprovação da LOA

condicionada à aprovação de um crédito suplementar pelo Congresso para não haver crime de responsabilidade fiscal.

Pelo projeto enviado ontem, o governo pede autorização do Congresso para usar até R\$ 160 bilhões do superávit financeiro em 2020 para bancar parte dessas despesas, conforme estimativa do Ministério da Economia. O valor, porém, não foi finalizado. Outra possibilidade é pagar esses gastos com remanejamento de recursos.

Sem a aprovação desse projeto, o governo argumenta que pode ficar sem dinheiro para pagar salários, aposentadorias e serviços essenciais a partir deste mês. Em janeiro, o pagamento de salários para servidores, inclusive militares, e de outras despesas do governo federal ficou ameaçado pela demora

na aprovação do Orçamento deste ano. Se todo o rito de tramitação for cumprido à risca pelos parlamentares, a perspectiva de aprovação da peça orçamentária, na melhor das hipóteses, é só para o mês de abril. A essa altura, o dinheiro disponível hoje para pagar os funcionários já terá acabado.

De acordo com documento assinado pelo ministro da Economia Paulo Guedes, o objetivo da autorização pedida no projeto enviado ontem é reduzir o montante do crédito suplementar sujeito à aprovação de outro projeto de lei que só seria possível análise após a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA). A projeção do governo federal é a de que o Orçamento seja sancionado apenas na primeira quinzena de abril, depois de concluída todas as etapas de votação no Congresso Nacional.

Alta dos juros é risco para retomada, diz Economia

SELIC A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia considera que empresas e famílias sairão da crise mais endividadas, o que é um fator de risco para a retomada da atividade principalmente se houver elevação dos juros, conforme noticiado pelo jornal Folha de São Paulo.

O comentário da SPE é feito na semana em que o Copom (Comitê de Política Monetária, do Banco Central) se reúne para decidir sobre o percentual da taxa básica (a Selic), atualmente no mínimo histórico de 2%.

Analistas do mercado apostam em elevação da taxa devido a pressões infla-

cionárias. Quanto maior o juro, mais caro é o dinheiro para bancar investimentos que podem gerar novos empregos.

O mais recente boletim Focus, do BC, que reúne estimativas do mercado, mostra que a expectativa sobre a Selic ao fim de 2021 passou de 3,75% para 4,5%.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Em reunião difícil, BC deve subir juros

O Banco Central começa hoje a reunião mais difícil feita no atual governo. A inflação de fevereiro foi mais alta do que o previsto e pode chegar perto de 8% em junho, em 12 meses. A expectativa é que caia depois, mas ontem a sondagem do BC mostrou que, de uma semana para outra, as projeções para o ano saíram de 3,98% para 4,6%. Os juros estão em 2%. A maioria dos economistas de bancos e consultorias acha que o Copom subirá a Selic em meio ponto percentual. O problema é que a economia ainda está em ambiente recessivo e o desemprego aumentou. Desapareceram em um ano 8,4 milhões de postos de trabalho. Se os juros não subirem, confirma-se a expectativa de alta da inflação. Se eles subirem, pode-se esfriar ainda mais a economia.

A inflação atual é bem complicada. Sobem alimentos, produtos industriais e há falta de algumas peças e insumos na indústria. Tudo ao mesmo tempo e no meio de uma recessão. Os alimentos e bebidas subiram 15% nos últimos 12 meses. Alguns itens deram saltos enormes, como as carnes, com alta de 29%, e frutas, 27%. Os combustíveis

subiram 9,37% nos dois primeiros meses deste ano. A produção industrial está sendo atingida por gargalos e choques de preços. Aço subiu 30%. O gás natural, 40%. O setor de plásticos só tem conseguido entregar 50% dos pedidos. Algumas indústrias estão parando por falta de peças. Há dificuldades na compra de resinas e na produção de papelão. Isso afeta as embalagens, o que faz com que vários setores tenham dificuldades de produção.

O dólar subiu 8,14% só este ano. O real está entre as moedas que mais se desvalorizaram no mundo, ao lado do peso argentino. As commodities que o Brasil exporta também subiram. O índice CRB, que faz uma média das cotações internacionais das matérias-primas, mostra valorização de 14% este ano. Como a

soja e o minério de ferro tiveram alta nas cotações, o Brasil está recebendo mais dólares. Isso, em qualquer tempo, geraria queda da moeda americana em relação ao real. Mas a incerteza sobre o país fez com que houvesse esse fenômeno raro, em que as matérias-primas que exportamos e o dólar sobem ao mesmo tempo.

É o custo dos erros do governo no combate à pandemia e do intervencionismo econômico do presidente. Além disso, foi necessário ampliar muito os gastos públicos para mitigar os efeitos da crise sanitária e econômica. A dívida pública é de 89% do PIB, num país que está há seis anos com déficits primários e assim permanecerá pelos próximos anos. O risco-país, medido pelo Credit Default Swap (CDS), saltou de 142 pontos no início do

ano para 199 pontos, ontem. Essa é uma medida de percepção de risco sobre uma economia.

Na equipe econômica admite-se que essa alta da inflação é o grande problema agora, porque se as expectativas forem de descontrole das contas públicas as tendências inflacionárias vão permanecer. Por isso, a aprovação da PEC Emergencial era considerada fundamental nesse esforço para "ancorar as expectativas". Mas o problema é que o projeto foi tão desidratado que poucos economistas de fora do governo acreditam que ela fará diferença. Oficialmente o Ministério da Economia divulgou nota chamando a PEC de "a maior reforma fiscal dos últimos 22 anos". Isso foi motivo de piada entre os especialistas em contas públicas.

Diante desse quadro, o Co-

pom vai se reunir hoje e amanhã. Inflação alta, ambiente recessivo, choque de preços, desvalorização cambial e falhas no abastecimento afetando a cadeia produtiva. Além do cenário de piora das contas públicas. No mercado, a maior parte dos economistas aposta que o Banco Central anunciará uma elevação de meio ponto percentual. Um grupo menor acha que o aumento será de 0,25%.

Começa a fechar a janela de oportunidade que se abriu com os juros mais baixos da nossa história. Nesse meio tempo o país poderia ter aprovado mudanças que apontassem para uma redução do déficit público no futuro. Mas nada anda porque o governo tem uma agenda caótica e uma calamitosa forma de administrar o país. As trapalhadas, nas últimas horas, para a escolha do quarto ministro da Saúde na pandemia mostraram isso. Que sentido faz o filho do presidente sabatinar uma médica e perguntar o que ela acha da liberação das armas. Em que governo do mundo isso é pré-requisito para alguém assumir o comando do Ministério da Saúde, em um país onde já morreram quase 280 mil pessoas?

ECONOMIA

SHUTTERSTOCK

Preço dos remédios vai subir até 4,8% a partir de 31/3

REAJUSTE ANTECIPADO O governo federal autorizou ontem (15/3) reajuste de até 4,88% nos preços de medicamentos para 2021. O aval para o aumento foi publicado no Diário Oficial da União (DOU), quinze dias antes da data regular, que habitualmente se dá em 31 de março de cada ano. Nenhuma explicação foi dada a respeito dessa antecipação.

As decisões de reajuste nos preços dos medicamentos são controladas pelo Comitê Técnico-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), que estabelece o aumento máximo que esses produtos podem atingir no mercado brasileiro anualmente. Em uma reunião na última sexta-feira (12/3), ficou decidido o novo aumento, que será válido para um universo de

O reajuste será válido em um universo de 19 mil medicamentos

O aumento anual foi autorizado pelo governo 15 dias antes da data tradicional sem ser dada qualquer explicação



mais de 19 mil medicamentos disponíveis no mercado varejista brasileiro

Na resolução da CMED, é estabelecido que os preços devem ser modificados a partir de 31 de março. Em 2020, devido à pandemia de covid-19, o governo federal decidiu prorrogar por 60

dias o aumento e em junho, foi aprovado o reajuste de até 5,21%.

Para a vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia (CRF-MG), Márcia Alfenas, durante a pandemia o governo deveria congelar o preço dos medicamentos.

ANS SUSPENDE VENDA DE 9 PLANOS

SAÚDE A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) anunciou ontem a suspensão de comercialização de nove planos de saúde de cinco operadores. A decisão é motivada por queixas de consumidores relacionadas à cobertura assistencial realizadas no quarto trimestre de 2020. A proibição começa a valer a partir da próxima sexta-feira (19), em todo o Brasil e não prejudica os usuários. A lista dos planos suspensos pode ser vista em www.correio24horas.com.br

SERASA PRORROGA DESCONTOS DE ATÉ 99%

LIMPA NOME A Serasa ampliou o prazo para negociação de dívidas com descontos de até 99% até o começo da semana que vem. Nas últimas três semanas, a empresa fez feirão de quitação de dívidas junto aos setores de telefonia, bancário, ensino superior e de varejo. Os consumidores com dívidas em atraso vão poder negociar suas dívidas até a segunda (22). A ação é válida para pagamentos à vista ou parcelados e os acordos podem ser fechados em menos de três minutos.

Petrobras vai desativar termelétrica na Bahia

TERMOCAMAÇARI A Petrobras iniciou processo junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para desativar uma termelétrica a gás e vapor na Bahia, conhecida como Termocamaçari, que passou a ser vista como inviável pela empresa. A companhia entrou com um pedido formal de revogação da autorização concedida para a usina também devido a mudanças em seus planos no setor de gás natural e geração de eletricidade. A usina, antes conhecida como UTE Rômulo Almeida, possui 120 megawatts em capacidade instalada.

A Petrobras informou que a usina térmica havia selado seus últimos contratos de venda da produção de energia em um leilão realizado pelo governo em 2014 e que a obrigação de suprimento decorrente desse acordo foi encerrada em dezembro de 2017. A partir daí, “os resultados passaram a apontar a inviabilidade econômica do ativo”, informou a estatal.

CONGRESSO PROMULGA PEC QUE RECRIA AUXÍLIO

BENEFÍCIO Em sessão solene remota do Congresso Nacional ontem, deputados e senadores promulgaram a Emenda Constitucional 109/2021. O texto é resultado da aprovação da proposta de emenda à Constituição Emergencial, a PEC Emergencial.

Aprovada no Senado no dia 4 de março e confirmada pela Câmara na madrugada da última sexta-feira (12), a norma abre caminho para que o governo federal pague, em 2021, uma nova rodada de auxílio emergencial aos mais afetados pela pandemia de covid-19. A expectativa do governo é oferecer mais quatro parcelas do auxílio, que deve ter valores entre R\$ 150 e R\$ 375, a depender da composição familiar. A definição sobre valores e quantidade de parcelas será definida por meio de medida provisória, a ser editada pelo governo nos próximos dias.

A primeira fase de pagamentos do auxílio chegou a R\$ 292 bilhões para cerca de 68 milhões de pessoas, em duas rodadas: na primeira, foram pagas parcelas de R\$ 600 por cinco meses; na segunda, chamada de “auxílio residual”, foram parcelas de R\$ 300 durante quatro meses e com um público-alvo menor.

Vida*

SOLICITAÇÃO DE 130 PROPONENTES BAIANOS SERÁ APRESENTADA HOJE NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Laura Fernandes

REPORTAGEM

laura.fernandes@redetbahia.com.br

"A cultura precisa de mais tempo". É com esse argumento que produtores, artistas e gestores do setor cultural se juntaram para pedir a prorrogação do prazo de entrega dos projetos da Lei Aldir Blanc, que termina em abril. O pedido, que deve chegar hoje à Câmara dos Deputados, é motivado pelo endurecimento das medidas de isolamento social, que inviabilizou a execução de etapas presenciais.

O aumento dos números de casos da covid-19 fez com que teatros, casas de shows e outros espaços que serviriam para transmissões online tivessem as atividades suspensas. Diante disso, uma carta pedindo a prorrogação do prazo foi assinada por mais de 130 proponentes, alguns em apoio aos colegas, outros com reais dificuldades de dar seguimento ao cronograma pensado para uma pandemia "mais branda".

O Teatro Vila Velha, por exemplo, foi obrigado a fechar e interromper as gravações e transmissões que estavam sendo feitas presencialmente, como afirmou o encenador Marcio Meirelles ao CORREIO. "A gente precisa pressionar o Governo Federal para pedir prorrogação desses projetos, senão vai ser um caos de inadimplência com o dinheiro público", alertou Marcio, diretor do teatro e ex-secretário de Cultura do estado.

PRESSÃO

A frente do projeto Rede Radioca, que prevê atividades como um documentário e um podcast, a produtora Carol Morena conta que a equipe foi obrigada a parar no primeiro dos quatro dias de gravação. Mesmo com um grupo reduzido, Carol diz que ficou inviável expor os profissionais.

"A gente conseguiu gravar um show, quando começou a piorar a situação dos leitos da UTL. Antes do lockdown a gente já estava se sentindo inseguro e decidiu adiar as gravações. Depois do lockdown a gente não viu outra saída. Por mais que seja uma equipe reduzida, existe uma série de pessoas: câmera, roadie, diretor de palco, produção...", enumera.

Carol ressalta que se não estivesse "nessa situação tão crítica da pandemia" conseguiria executar tudo no prazo, já que o projeto foi pensado para essa realidade. "Mas chegamos no limite: as gravações se tornaram impossíveis e não sabemos quando as coisas vão melhorar. Nós, do Radioca, já sabemos que não vamos conseguir entregar a parte principal do projeto no prazo", lamenta.



MARCO MEIRELLES/INFLUÊNCIA



INFLUÊNCIA



INFLUÊNCIA

1 Espetáculos

como Quem Não Morre Não Vê Deus, da Cia Teatro dos Novos, foi viabilizado através da Lei Aldir Blanc

2 Arte de Passagem

Projeto, também selecionado em edital, reúne obras como a de Mário Vasconcelos, e segue até sexta em www.artede passagem.art.br

3 Cineasta

Heltor Dhalta estará hoje no SSA AdaptaLab, outro contemplado (www.youtube.com/SSAAdaptaFestival)

"Será a primeira reunião ordinária da comissão onde aprovaremos os requerimentos e faremos o convite ao secretário especial de cultura e ao presidente da câmara - que já deu sinal positivo - para uma audiência com o Fórum de gestores e entidades representativas do setor", adianta a deputada ao CORREIO. "Nosso objetivo é fazer esse diálogo e reforçar a necessidade dessa negociação", acrescenta.

DINHEIRO PARADO

Segundo Alice Portugal, a ideia da prorrogação dos prazos nasceu porque existe, hoje, R\$ 1 bilhão parados nos cofres dos estados e municípios, esperando regulamentação e liberação. "A Lei Aldir Blanc prevê o mês de junho para a prestação de contas. Se não for prorrogada até dezembro, ou até o fim da pandemia, esses recursos serão perdidos e essa cadeia produtiva será prejudicada", alerta.

Ciente de que "muita gente está com dificuldade enorme, com toda razão", o presidente da Fundação Gregório de Mattos, Fernando Guerreiro, destaca que além da prorrogação do prazo, outros dois outros itens merecem atenção: a briga para não precisar devolver o recurso parado para o Governo Federal - só a prefeitura de Salvador tem meio milhão de reais em caixa - e a necessidade da Lei Aldir Blanc 2.

"Já temos um ano de emergência e tivemos uma segunda onda não planejada. Então, a ideia é correr para a Aldir Blanc 2. Os caixas das prefeituras, de modo geral, estão totalmente comprometidos. Economia parada, queda nos impostos, chega rapidamente a uma situação deficitária. Então a gente vai precisar da ajuda de uma lei", justifica Guerreiro. "É importante que a área cultural caminhe junta", reforça o convite.

VAI DAR TEMPO?

Lei Aldir Blanc Agravamento da pandemia leva produtores a pedir mais prazo para executar projetos

Para pressionar o governo federal, foi realizado o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura na última quinta-feira, com a presença de autoridades políticas. A partir disso, um ofício foi encaminhado pela Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBA) ao Ministério do Turismo e Secretaria Especial de Cultura, solicitando a prorrogação do prazo, baseado no inciso III do art. 2º da Lei Aldir Blanc.

"A Secretaria de Cultura da Bahia esclarece que vem dialogando com a classe artística e que

não houve, até o momento, sinalização do Governo Federal quanto à possibilidade de dilatação de prazos", afirmou a SecultBA, em nota. Já a deputada federal Alice Portugal (PCdoB), recém-empossada presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, disse que levará o assunto para a reunião hoje.

Já temos um ano de emergência e tivemos uma segunda onda não planejada. Então, a ideia é correr para a Aldir Blanc 2. Os caixas das prefeituras, de modo geral, estão totalmente comprometidos. Economia parada, queda nos impostos, chega rapidamente a uma situação deficitária. Então a gente vai precisar da ajuda de uma lei", justifica Guerreiro. "É importante que a área cultural caminhe junta", reforça o convite.

Fernando Guerreiro
Diretor da Fundação Gregório de Mattos

Tribuna

Bruno defende que Bolsonaro fure teto para enfrentar pandemia

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), defendeu ontem que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fure o teto de gastos para ter mais recursos a fim de enfrentar a pandemia da Covid-19. O democrata soteropolitano votou a incentivar também que os manifestantes protestem na porta do chefe do Palácio do Planalto para que adote medidas visando a preservação de empregos e negócios no país.

"Defendo sim que o governo federal estoure o teto de gastos. Vocês viram manifestações (ante)ontem no Brasil. Vão manifestar na

porta do presidente. É ele que pode, com maiores condições do que prefeitos e governadores, resolver o problema da economia. Editar medida provisória que vai permitir o pagamento dos salários dos trabalhadores, como ocorreu no ano passado e vai preservar milhares de empregos e negócios. Eu defendo que possa ser feito isso. Que possa voltar o auxílio emergencial. Eu não posso estourar teto de gastos, não posso oferecer créditos, não tenho como endividar. O governo federal tem como emitir moedas. Não tem outro caminho, infelizmente", argumentou o prefeito, em entrevista à imprensa.

No início deste ano, Bolsonaro descartou a possibilidade de furar o teto de gastos. O presidente decla-

rou que a regra é "âncora de sustentabilidade e credibilidade econômica". "No âmbito fiscal, manteremos firmes o compromisso com a regra do teto de despesas como âncora de sustentabilidade e credibilidade econômica. Não vamos deixar que medidas temporárias relacionadas com a crise se tornem compromissos permanentes de despesas", disse.

A proposta também gerou controvérsia no Congresso Nacional. No ano passado, o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que não iria pautar nenhuma proposta que flexibilizasse o teto de gastos. "Não vamos avançar no teto de gastos de jeito nenhum. Não dá para transferir para a sociedade a todo o momento a



BRUNO REIS defendeu ontem que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) fure o teto de gastos para ter mais recursos a fim de enfrentar a pandemia da Covid-19

responsabilidade de resolver os problemas", afirmou na época.

Bruno Reis também falou sobre a orientação que o governador da Bahia, Rui Costa (PT), deu aos prefeitos durante uma reunião. No encontro virtual, o chefe do Palácio de Ondina sugeriu que os gestores municipais não gastem recursos na compra de vaci-

nas, e invista na compra de cestas básicas para distribuir à população. O prefeito soteropolitano afirmou que é mais barato hoje adquirir vacinas do que ter outros gastos, como cestas básicas e leitos de UTI. Lembrou que um leito custa diariamente R\$ 2,4 mil, e duas doses de imunizantes cerca de 15 dólares (aproximadamente

R\$ 84).

"Se eu puder comprar a vacina para reduzir esse meu investimento, eu vou fazer. Agora, a obrigação é do governo federal. Espero que as vacinas tanto do governo federal quanto estadual possam chegar para que a gente possa evitar esses gastos. Mas não chegando, eu prefiro comprar", pontuou.

Tribuna

Projeto do governo tenta garantir dinheiro de salários

ESTADÃO CONTEÚDO

O governo encaminhou um projeto de lei ao Congresso Nacional ontem pedindo autorização para executar uma série de despesas antes da aprovação do Orçamento de 2021, que ainda não foi votado pelo Legislativo.

O argumento é destravar parte de um montante que totaliza R\$ 453,7 bilhões que ainda não podem ser gastos em função da regra de ouro. Prevista na Constituição, essa regra fiscal proíbe o governo de usar recursos obtidos de empréstimos, via emissão de títulos públicos, para bancar despesas correntes, como é o caso dos salários.

Sem a aprovação desse projeto, o governo argumenta que pode ficar sem dinheiro para pagar salários, aposentadorias e serviços essenciais a partir deste mês. Como mostrou o Estadão em janeiro, o pagamento de salários para servidores, inclusive militares, e de outras despesas do governo federal ficou ameaçado pela demora na aprovação do Orçamento deste

ano. Se todo o rito de tramitação for cumprido à risca pelos parlamentares, a perspectiva de aprovação da peça orçamentária, na melhor das hipóteses, é só para o mês de abril. A essa altura, o dinheiro disponível hoje para pagar os funcionários já terá acabado, segundo documentos obtidos pelo Estadão/Broadcast.

De acordo com documento assinado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, o objetivo da autorização é reduzir o montante do crédito suplementar sujeito à aprovação de outro projeto de lei que só seria possível após a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA). A projeção do governo é que o Orçamento seja sancionado apenas na primeira quinzena de abril, depois de votação no Congresso.

Com o projeto enviado ontem, que depende da aprovação de deputados e senadores, o governo poderá executar parte das despesas condicionadas a partir de março, desde que encontre fonte de recursos, como o remanejamento de outras áreas ou excesso de arrecadação financeira.

Brasil dá sinais de retrocesso no combate à corrupção

BBC NEWS BRASIL

Diante do que tem sido visto como um recuo no combate à corrupção no Brasil, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tomou uma decisão inédita: criar um grupo permanente de monitoramento sobre o assunto no Brasil.

A entidade, na qual o Brasil pleiteia entrada, está preocupada com o fim "surpreendente da Lava Jato", o uso da lei contra abuso de autoridade e as dificuldades no compartilhamento de informações de órgãos financeiros para investigações.

A OCDE já notificou o governo brasileiro da decisão de criar o grupo de monitoramento. Procurados, o Itamaraty e o Planalto não responderam à BBC News Brasil até a publicação da reportagem. Esse texto será atualizado quando os órgãos se posicionarem.

A medida, jamais adotada contra nenhum país antes, representa uma escalada — com tons de advertência — nas posições da OCDE, que desde 2019 tem divulgado alertas públicos ao

governo e chegou a enviar ao país uma missão de alto nível para conversar com autoridades e tentar reverter ações de desmonte da capacidade investigativa contra práticas corruptas.

"A missão aconteceu em novembro de 2019 e saímos do país bastante satisfeitos, apenas para descobrir logo depois que os problemas — com raras exceções — ainda existiam e que novos problemas que ameaçavam a capacidade do Brasil de combater o suborno internacional continuam a surgir", afirmou à BBC News Brasil Drago Kos, presidente do grupo de trabalho antissuborno da OCDE e membro do Conselho Consultivo Internacional Anticorrupção.

Agora, especialistas de três países membros da OCDE irão monitorar a situação do combate à corrupção no país de maneira contínua e independente, e manter consultas frequentes com autoridades brasileiras. Conforme apurou a BBC News Brasil com exclusividade, é a primeira vez em 59 anos que a entidade adota uma medida como essa contra qualquer país.

Tribuna

Salvador investiu quase R\$ 300 mi em saúde

Capital baiana não poupa esforços para o combate à covid-19. População também deve fazer sua parte

LILY MENEZES
ESTAGIÁRIA

Um ano depois do primeiro caso registrado do novo coronavírus, Salvador vem passando pelo pior período da pandemia, com unidades de pronto atendimento cheias e registros diários de pacientes aguardando regulação para leitos de UTI. O cenário é um pouco menos caótico por conta das iniciativas de ampliação de unidades exclusivas para o tratamento da covid-19 realizadas pela prefeitura municipal. "Nós estamos ampliando o sistema de saúde na horizontal e na vertical, para que não falte atendimento na cidade", diz o secretário municipal da saúde Leo Prates. Hoje, Salvador passou a ter 605 vagas para pacientes com sintomas mais graves da covid-19, um aumento de 17% em relação ao primeiro pico da doença na cidade, quando eram 499 leitos. Durante o ano de 2020, a Prefeitura investiu 22% de seu orçamento na Saúde, totalizando R\$ 291 milhões, segundo informações apuradas no Portal da Transparência. A assistência hospitalar e ambulatorial recebeu quase um terço desse montante. Prates considera o número um recorde: "Isso possibilitou a construção de mais quinze unidades básicas e a contratação



FOTO ROMILDO DE JESUS

REFORÇO UPAs estão ajudando a desafogar o movimento nos pronto socorros, principalmente nos casos leves

de mais de 3 mil servidores na pandemia", diz.

A TOQUE DE CAIXA

Entre os equipamentos de saúde mobilizados para atendimento exclusivo à covid-19, Leo Prates enfatiza a rapidez da montagem do novo hospital de campanha da cidade, situado no Ginásio Poliesportivo de Itapuã

e que dispõe de 50 leitos, sendo 10 para UTI. A unidade foi construída em catorze dias, e demandou um investimento de 6 milhões de reais, viabilizado pelo apoio de empresas privadas, como a loja de construção Ferreira Costa e as incorporadoras MRV e Moura Duboux. É o quinto centro de tratamento do tipo na capi-

tal. "Essa ampliação vertical é a última tentativa por parte da Prefeitura de Salvador", afirma o secretário. O prefeito Bruno Reis revela a possibilidade de transformação de todos os leitos do hospital em UTI. "Chegaram hoje 40 respiradores enviados pelo Governo Federal. Deixamos o hospital de campanha em condição

de transformá-lo inteiramente em UTI". No momento, vinte dos respiradores foram enviados para o ginásio, possibilitando a conversão dos leitos de enfermaria. Além disso, mais duas unidades básicas de saúde foram remanejadas para atender casos mais leves da covid-19, nos bairros de IAPI e Imbuí. Elas se juntam às

já mobilizadas Unidades de Saúde da Família de Itapuã e Pirajá. A manutenção de cada uma fica em R\$468 mil ao mês, podendo prorrogar os contratos caso necessário.

MAIS RECURSOS

Além dos hospitais de campanha, outro modelo de unidade de saúde que surgiu com o avanço da covid-19 foram os gripários. Oficialmente chamados de Unidades Dedicadas ao Tratamento das Síndromes Gripais, foram instalados a partir de maio como anexos das UPAs, ajudando a desafogar o movimento no pronto-socorro e a "isolar" quem estivesse com suspeita ou confirmação de covid-19. Hoje, são seis gripários na cidade, que recebem uma média de 300 pessoas por dia devido à nova estratégia de atendimento, que só atende a casos graves; até o final de fevereiro, eram 900 pacientes que procuravam os espaços. Para enfrentar o vírus que não vai embora tão cedo, Salvador também bateu recorde no número de ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): são 61 veículos atuando na cidade, com um papel importante no direcionamento dos pacientes: como o teste de detecção da covid-19 é feito diretamente na ambulância, é possível identificar de imediato qual é a necessidade no atendimento.

Tribuna

Rui Costa e russos celebram compra de 9,7 milhões de doses da Sputnik V O governador agradeceu o apoio para viabilizar a chegada das doses

REDAÇÃO

O Governo da Bahia e o Fundo Soberano Russo celebraram o contrato para a compra de 9,7 milhões de doses da vacina Sputnik V. O ato aconteceu na tarde desta segunda-feira (15), por meio de reunião virtual, entre o governador Rui Costa, o CEO do Fundo Soberano, Kirill Alexandrovich Dmitriev, e o presidente do Consórcio Nordeste e governador do Piauí, Wellington Dias. O primeiro lote com doses do imunizante chegará à Bahia no mês de abril.

Na reunião, o governador Rui Costa agradeceu o apoio para viabilizar a chegada das vacinas de forma célere. "Foram seis meses de muito

trabalho e com ação na Suprema Corte brasileira para viabilizar essa compra tão importante da Sputnik V e finalmente tudo deu certo. Estamos passando por uma crise muito profunda do sistema de saúde neste pior momento da pandemia. As vacinas nos ajudarão a passar por este momento tão difícil. O povo baiano e nordestino agradece muito essa ajuda e esperamos que, a partir dessa parceria, possamos concretizar outras parcerias com a Rússia e o laboratório".

O CEO do Fundo Soberano Russo também agradeceu a parceria com o Governo da Bahia. "Esta parceria é muito importante para o nosso país, nesse contexto de acordos para a produção

de vacinas contra o coronavírus. Nossa parceria começou no primeiro dia em que assinamos o protocolo de intenções e estamos à disposição executar a aquisição das vacinas da melhor forma possível. Lembramos que a Sputnik V já foi vendida para 51 países", afirmou Kirill Alexandrovich Dmitriev.

Sudoeste - A região sudoeste ganhou reforço na assistência aos pacientes diagnosticados com Covid-19. São 20 novos leitos, sendo 10 de terapia intensiva (UTI), no Hospital do Câncer de Caetité. Esta estratégia faz parte de um esforço para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes graves com a confirmação da doença. Com a abertura destes leitos, o su-

doeste passa a contar com 84 leitos de UTI adulto destinados para o tratamento de Covid-19.

De acordo com o secretário da Saúde, Fábio Villas-Boas, a situação na Bahia, assim como em todo o país, é grave. "Estamos trabalhando com taxas de ocupação de leitos de UTI crescentes. Ainda temos conseguido abrir leitos tanto em Salvador quanto no interior do estado. Isso tem permitido atender a crescente demanda de internação de UTI", afirma. Na tarde desta segunda-feira (15), a taxa de ocupação em UTI adulto na região sudoeste estava em 81%. Ao todo são 181 leitos ativos, dos quais 96 clínicos adulto, 84 UTIs e uma UTI pediátrica.

O GOVERNADOR
Rui Costa se reuniu com o CEO do Fundo Soberano, Kirill Alexandrovich Dmitriev, e o presidente do Consórcio Nordeste



Veículo: Metro1	
Data: 15/03/21	



Brasil

Governo autoriza reajuste de até 4,88% em remédios

Reajuste já pode ser aplicado pelas farmacêuticas



Foto : Pixabay

Por **Juliana Rodrigues** no dia 15 de Março de 2021 · 13:20

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) autorizou um aumento de até 4,88% nos preços de remédios. O reajuste, publicado na edição de hoje (15) do Diário Oficial da União, já pode ser aplicado pelas farmacêuticas.

A regulação é aplicável a um universo de mais de 19 mil medicamentos disponíveis no mercado varejista brasileiro.

A decisão foi tomada no último dia 12 pelo Comitê Técnico-Executivo da CMED, órgão vinculado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Por meio da entidade, o governo controla o reajuste de preços de medicamentos periodicamente e estabelece o aumento máximo que esses produtos podem atingir no mercado.

O ajuste de preços foi feito 15 dias antes do usual, pois uma resolução da CMED estabelecia que os preços deveriam ser modificados em 31 de março de cada ano. A portaria não esclarece o motivo da antecipação.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 15/03/21	



BOLSONARO AFIRMA QUE 19 GOVERNADORES AUMENTARAM O ICMS SOBRE O DIESEL



admin 15 Março, 2021

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) questionou o aumento da cobrança de ICMS sobre o diesel em alguns estados do país. Nesta segunda-feira (15), ao cumprimentar apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, o chefe do Executivo nacional disse que os governadores querem que os brasileiros “continuem pagando alto”, em referência ao combustível e o gás de cozinha.

“Dezenove governadores aumentaram o ICMS. Eu baixei o imposto para ficar mais barato o diesel e o gás de cozinha e 19 governadores querem que vocês continuem pagando alto”, declarou o presidente. De acordo com o ato do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), não aumentaram os impostos na segunda quinzena de março, os estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Pernambuco.

Apesar de não constar no ato do Confaz, o governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), negou nas redes sociais, neste domingo (14), o aumento de ICMS no estado. “Não vou autorizar aumento de ICMS aqui no Paraná, ainda mais de combustível. Há anos não temos aumento de ICMS no nosso estado, e não vamos admitir que órgãos de controle econômico façam isso, justo nesse momento tão difícil”, afirmou.

Foto: Reprodução/YouTube



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faeconosco)

ter?a-feira, 16 de mar?o de 2021

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

GASOLINA ADITIVADA ESTÁ SENDO VENDIDA A R\$6,19 NOS POSTOS DDE SALVADOR

Mesmo com a pandemia e a diminuição do consumo dos combustíveis os preços explodem

Tasso Franco , da redação em Salvador | 15/03/2021 às 11:48



Gasolina a R\$6,19 neste posto Shell do Chame-Chame

Foto: BJÁ

A gasolina aditivada já está sendo vendida a R\$6,19 em alguns postos de combustíveis de Salvador e a gasolina comum a R\$5,89 (praticamente R\$6,00) o que representa, em 2021, um aumento de quase 20% nos preços dos combustíveis. O diesel está sendo comercializado nas bombas da capital a R\$4,29 e o etanol a R\$4,89.

O governo federal alega que já reduziu o que pode nos impostos dos produtos e acusa alguns estados de exagerar na cobrança do ICMS. Daí que propôs um ICMS único para todos os estados, o que ainda não foi aprovado.

Na semana passada a direção do Sindicombustíveis Bahia divulgou uma nota informando que o governo do estado da Bahia aumentou por três vezes este mês o preço de referência para a cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), alcançando um aumento acumulado de 36% desde 1º de fevereiro.

A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) explicou que não fez qualquer alteração na alíquota, que permanece em 28%, e apenas elevou o valor usado para calcular a cobrança proporcionalmente aos aumentos.

O presidente do Sindicombustíveis Bahia, Walter Tannus Freitas, ressaltou em nota que os três reajustes da carga tributária foram aplicados em curto espaço de tempo e pede uma revisão da política tributária sobre os combustíveis no estado. "Estamos vivendo em uma pandemia e uma grave crise econômica. Com todos esses aumentos, todos saem perdendo", acredita.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=131160>)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/03/15/embalagem-de-flocao-de-milho-da-agricultura-familiar-traz-selo-baiano,131162,0.html>)

EMBALAGEM DE FLOCÃO DE MILHO DA AGRICULTURA FAMILIAR TRAZ SELO BAIANO

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/03/15/embalagem-de-flocao-de-milho-da-agricultura-familiar-traz-selo-baiano,131162,0.html>)

(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2021/03/15/embalagem-de-flocao-de-milho-da-agricultura-familiar-traz-selo-baiano,131162,0.html>)



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faleconosco)

ter?a-feira, 16 de mar?o de 2021

POLÍTICA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/POLITICA](https://www.bahiaja.com.br/politica))

ALBA SEGUE EM LOCKDOWN ATÉ DIA 22 E VOTA EMPRÉSTIMO DE R\$1,5 BILHÃO

Empréstimo que o governo do Estado tomará junto ao BB

Tasso Franco , da redação em Salvador | 14/03/2021 às 20:06



Presidente Adolfo Menezes comandará sessão virtual

Foto: ALBA

Depois de consultar lideranças partidárias, o presidente Adolfo Menezes, decidiu manter a Assembleia Legislativa da Bahia fechada por mais uma semana. A determinação está em consonância com decisões do governador Rui Costa para a Região Metropolitana de Salvador, também adotada pelo prefeito da capital, Bruno Reis, diante da persistência dos elevados índices de infecção, ocupação de leitos de UTI e clínicos, e dos óbitos ocasionados pelo coronavírus.

Portanto, a ALBA estará fechada ao público externo e com restrição de acesso até o próximo dia 22 de março. Apenas funcionários envolvidos em atividades inadiáveis – impraticáveis no regime de home office – poderão ingressar no Legislativo que permanecerá com a portaria desativada. Para o presidente do Legislativo, infelizmente, as medidas são coerentes com o que a ciência recomenda para esse

momento tão grave da vida nacional – quando os sistemas público e privado de saúde ameaçam entrar em colapso com o recrudescimento da pandemia.

O deputado Adolfo Menezes reconhece a inquietação que o lockdown acarreta, mas frisa a resiliência das taxas de infecção e mortes por conta da Covid-19, “especialmente a de ocupação de leitos clínicos e de UTI, apesar do esforço do governo do estado e prefeituras da RMS que tem disponibilizado novas vagas, mas ainda assim as redes pública e privada continuam perto do colapso”. Ele acredita que com esta semana adicional de restrição, aliada à colaboração de todos, a corrente de contágios será quebrada e passará a ser descendente – permitindo a flexibilização e a reabertura do comércio dentro de protocolos rígidos.

SESSÃO VIRTUAL

A continuidade do lockdown não travará, como não tem travado, o funcionamento virtual do plenário, que na última semana aprovou o projeto autorizando a Embasa a contratar empréstimo de R\$500 milhões junto ao Banco do Brasil para ações de saneamento básico na Bahia. Amanhã, 22.03, está convocada sessão ordinária para apreciação de um pedido de empréstimo feito pelo governador Rui Costa da ordem de R\$1,5 bilhão. A votação remota começa às 15h.

ECONOMIA

Publicado em 15/03/2021 às 14h17.

Bolsonaro afirma que 19 governadores aumentaram o ICMS sobre o diesel

O presidente disse que diminuiu o imposto para reduzir o preço do diesel e gás de cozinha, mas que os governadores querem que a população "continue pagando alto"

Redação



Foto: Reprodução/YouTube

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) questionou o aumento da cobrança de ICMS sobre o diesel em alguns estados do país. Nesta segunda-feira (15), ao cumprimentar apoiadores na saída do Palácio da Alvorada, o chefe do Executivo nacional disse que os governadores querem que os brasileiros "continuem pagando alto", em referência ao combustível e o gás de cozinha.

"Dezenove governadores aumentaram o ICMS. Eu baixei o imposto para ficar mais barato o diesel e o gás de cozinha e 19 governadores querem que vocês continuem pagando alto", declarou o presidente.

De acordo com o ato do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), não aumentaram os impostos na segunda quinzena de março, os estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais,



nas redes sociais, neste domingo (14), o aumento de ICMS no estado.

“Não vou autorizar aumento de ICMS aqui no Paraná, ainda mais de combustível. Há anos não temos aumento de ICMS no nosso estado, e não vamos admitir que órgãos de controle econômico façam isso, justo nesse momento tão difícil”, afirmou.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 07h23 de 16/03/2021



Programa de qualificação profissional do governo abre inscrições

São mais de 6 mil vagas em áreas de tecnologia

ECONOMIA 22h20 de 15/03/2021

Postos devem adequar propagandas de aplicativos de desconto a decreto

Senacon identificou irregularidades nas promoções oferecidas



ECONOMIA 18h33 de 15/03/2021





ECONOMIA 16h16 de 15/03/2021



Inflação no atacado pressiona ainda mais juros básicos

IPA subiu 41%,segunda maior alta do mundo; Copom se reúne nesta semana para definir nova Selic

ECONOMIA 13h06 de 15/03/2021

ANS suspende a comercialização de nove planos de saúde; veja lista

Decisão tem como base reclamações de consumidores em relação à cobertura assistencial no último trimestre de 2020



ECONOMIA 13h00 de 15/03/2021

Mesmo durante a pandemia, economia cresce 1,04% e atinge maior nível desde maio de 2015

De acordo com o Banco Central, a atividade econômica brasileira apresentou alta no nono mês consecutivo



Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/03/2021	



Estado destina mais R\$ 44 milhões para o vale-alimentação estudantil

15 março 2021



Mais um crédito do vale-alimentação estudantil será realizado pelo Governo do Estado, a partir do dia 23 de março. O anúncio foi feito pelo governador Rui Costa e pelo secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, durante a aula inaugural da rede estadual de ensino, nesta segunda-feira (15), transmitida pelo canal do Youtube Educação Bahia e pela TV Educa Bahia. O ano letivo 2020/21 da rede estadual iniciou com o ensino 100% remoto.

O secretário da Educação, Jerônimo Rodrigues, falou sobre o novo montante destinado ao vale-alimentação estudantil. “Serão destinados mais R\$ 44 milhões, que, junto aos recursos já creditados até agora, somam R\$ 220 milhões de investimentos com recursos próprios do Estado. Além do vale-alimentação, teremos também investimentos nas bolsas de 100 reais para 52 mil estudantes monitores do Mais Estudo. Serão dois monitores por turma. E tudo isso ressalta os esforços do governador Rui Costa em assistir aos estudantes e às suas famílias, neste momento de pandemia, mesmo com a baixa arrecadação no Estado”, afirmou.

Todos os estudantes regularmente matriculados na rede estadual de ensino têm direito ao vale-alimentação de R\$ 55. O recurso, depositado no cartão Alelo e do qual os estudantes já têm acesso, poderá ser usado em qualquer um dos 18 mil estabelecimentos que aceitem a bandeira Alelo nos 417 municípios, distritos e povoados da Bahia.

O cartão vale-estudantil é destinado, exclusivamente, para a compra de gêneros alimentícios, como feijão, arroz, macarrão, carne, frango, frutas, verduras, café e leite, sendo que a aquisição dos alimentos é de livre escolha dos estudantes. A Secretaria da Educação do Estado reforça a orientação para que vá ao supermercado apenas um membro da família, seguindo todas as normas de segurança, como o uso de máscaras de proteção individual, em função da pandemia do Coronavírus.

Em caso de dúvida, o estudante deve entrar em contato com a escola onde está matriculado ou pelos canais da Ouvidoria (0800 284 0011 e e-mail ouvidoria@educacao.ba.gov).

Fonte: Ascom/ Secretaria da Educação do Estado

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/03/2021	



Governo da Bahia e russos celebram compra de 9,7 milhões de doses da Sputnik V

15 março 2021



O Governo da Bahia e o Fundo Soberano Russo celebraram o contrato para a compra de 9,7 milhões de doses da vacina Sputnik V. O ato ocorreu na tarde desta segunda-feira (15), por meio de reunião virtual, entre o governador Rui Costa, o CEO do Fundo Soberano, Kirill Allexandrovich Dmitriev, e o presidente do Consórcio Nordeste e governador do Piauí, Wellington Dias. O primeiro lote com doses do imunizante chegará à Bahia no mês de abril.

Na reunião, o governador Rui Costa agradeceu o apoio para viabilizar a chegada das vacinas de forma célere. “Foram seis meses de muito trabalho, com ação na Suprema Corte brasileira para viabilizar essa compra tão importante da Sputnik V e finalmente tudo deu certo. Estamos passando por uma crise muito profunda do sistema de saúde neste pior momento da pandemia. As vacinas nos ajudarão a passar por este momento tão difícil. O povo baiano e nordestino agradece muito essa ajuda e esperamos que, a partir dessa parceria, possamos concretizar outras parcerias com a Rússia e o laboratório”.

O CEO do Fundo Soberano Russo também agradeceu a parceria com o Governo da Bahia. “Esta parceria é muito importante para o nosso país, nesse contexto de acordos para a produção de vacinas contra o coronavírus. Nossa parceria começou no primeiro dia em que assinamos o protocolo de intenções e estamos à disposição executar a aquisição das vacinas da melhor forma possível. Lembramos que a Sputnik V já foi vendida para 51 países”, afirmou Kirill Allexandrovich Dmitriev.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/03/2021	



Sudoeste tem reforço na assistência à Covid-19 com abertura de leitos

15 março 2021



A região sudoeste da Bahia ganhou reforço na assistência aos pacientes diagnosticados com Covid-19. São 20 novos leitos, sendo 10 de terapia intensiva (UTI), no Hospital do Câncer de Caetité. Esta estratégia faz parte de um esforço para reduzir a pressão na rede assistencial que atende pacientes graves com a confirmação da doença. Com a abertura destes leitos, o sudoeste passa a contar com 84 leitos de UTI adulto destinados para o tratamento do novo Coronavírus.

De acordo com o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas, a situação na Bahia, assim como em todo o país, é bastante grave. “Estamos trabalhando com taxas de ocupação de leitos de UTI crescentes. Ainda temos conseguido abrir leitos tanto em Salvador quanto no interior do estado. Isso tem permitido atender a crescente demanda de internação de UTI”, afirma.

Na tarde desta segunda-feira (15), a taxa de ocupação em UTI adulto na região sudoeste estava em 81%. Ao todo são 181 leitos ativos, dos quais 96 clínicos adulto, 84 UTIs e uma UTI pediátrica.

Fonte: Ascom/ Sesab

Maior cliente de ferrovia na Bahia é alvo de polêmicas

Especialistas criticam projetos para escoar minério da região

Por **André Guilherme Vieira** — De São Paulo

16/03/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Vista da região da mina de minério de ferro pertencente à Bamin: projeto de linha férrea e porto afetará áreas que abrigam um santuário ecológico, com florestas, manguezais e áreas de estuário na Bahia — Foto: Markus Mauthe/Divulgação

Com licitação conduzida a toque de caixa pelo governo Jair Bolsonaro, o primeiro trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) terá como usuário quase

exclusivo a Bahia Mineração S.A (Bamin). A ela pertence a mina Pedra de Ferro e projeto de terminal portuário para escoar o minério, operações que geram reação da população local e ambientalistas.

A Bamin é subsidiária brasileira do Eurasian Resources Group (ERG), do Cazaquistão, investigado por corrupção no Reino Unido e alvo do Departamento de Justiça

americano (Doj na sigla em inglês) e do FBI (ver ***Dona de subsidiária brasileira é investigada nos EUA***). Tais problemas, por ora, não entraram no rol de preocupações de autoridades brasileiras responsáveis pela liberação dos projetos e concessões.

Em todas as etapas, o projeto da Fiol contempla 1.527 km de extensão e liga um futuro porto em Ilhéus a Figueirópolis, no Tocantins, ponto de possível conexão à ferrovia Norte-Sul (ver mapa acima). O primeiro trecho, único qualificado até agora para subconcessão, com prazo de 35 anos, tem licitação marcada para 8 de abril na B3, em São Paulo. Será uma concorrência com participação internacional e vence quem oferecer o maior valor de outorga fixa. O lance mínimo é R\$ 32,7 milhões e o vencedor fará pagamentos trimestrais de outorga variável dentro do prazo contratual de 3,43% da receita operacional bruta da ferrovia.



O segundo trecho, entre Caetité e Barreiras, ainda não licitado, tem 485 km e cerca de 36% das obras executadas pelo governo e depois abandonadas. O investimento previsto pelo governo nas obras dos trechos 1 e 2 da Fiol é R\$ 6,4 bilhões e mais R\$ 3,3 bilhões para conclusão de obras remanescentes e outros investimentos da operação do trecho I.

A porção final da via férrea, com 505 km de Barreiras a Figueirópolis, ainda está em fase de análises e não se sabe se sairá do papel.

Os estudos para construção da Fiol começaram no governo Lula, em 2008, e ganharam impulso na gestão Dilma. As obras tiveram início em 2011, sob comando da Valec. A maior parte da ferrovia cruza território da Bahia, cujos governadores foram os grandes incentivadores da empreitada. O Estado está nas mãos do PT desde 2007, com dois mandatos de Jaques Wagner e Rui Costa em sua segunda gestão.

A carga a ser transportada no primeiro trecho da ferrovia é o minério de ferro extraído das regiões de Caetité e Tanhaçu. Será levado para os terminais do Complexo Portuário Porto Sul, na região de Aritaguá, em Ilhéus. Segundo o projeto, a estrutura terá área de retroporto de 12,2 km quadrados, uma ponte de acesso marítimo e píer com quebra-mar a ser instalado a 3,5 km da costa.

A Bamin, concessionária do porto, depende dele e da ferrovia para viabilizar a exploração de sua mina. Mas o projeto de um corredor para exportar o minério da Pedra de Ferro é controverso. Desde a concepção tem sido alvo de críticas de ambientalistas, que há anos alertam para o potencial desastroso de um porto em área costeira habitada por diversificadas e frágeis espécies animais.

O problema não é só o porto. A via férrea passará por uma região conhecida por abrigar um santuário ecológico. Ao longo de mais de 30 km ao norte de Ilhéus, se estendem florestas, manguezais e áreas de estuário. É também onde fica a Lagoa Encantada, espelho d'água de 15 km quadrados que abriga ilhas flutuantes que se deslocam de acordo com a intensidade do vento, cachoeiras e quatro grutas engastadas em área de Mata Atlântica até agora inteiramente preservada.

Ameaça ambiental no sul da Bahia



12 fotos

Projeto de mineração é contestado por ambientalistas, produtores rurais e moradores da região

Para dar escala à extração do ferro, será preciso construir uma barragem de rejeitos no município de Caetité (BA). Ela ficará acima de Guanambi, que conta 84.928 habitantes, e da represa de Ceraíma, que abastece a cidade e Caetité - município que contava 51.081 habitantes em 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A barragem será cinco vezes maior que a do Fundão, que se rompeu em Mariana, e terá ao menos 12 vezes o tamanho da represa do Córrego do Feijão, que arrebentou

União (TCU), o relator do processo na Corte, Aroldo Cedraz, reuniu-se com os ministros de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e de Minas e Energia, Bento Albuquerque. O edital de licitação tinha ficado parado por mais de oito meses no TCU até o encontro. O projeto portuário ficou por 12 anos na gaveta do governo baiano. A licença prévia para a implantação do Porto Sul foi emitida em novembro de 2012 pelo Ibama. A autorização estadual foi concedida na gestão Jaques Wagner.

Procurada, a Bamin disse que está no Brasil há mais de 15 anos e que seus empreendimentos “possuem todas as licenças necessárias para implementação e operação de suas atividades e seguem todo o rito de licenciamento ambiental vigente”.

A Bamin afirmou também que “cumpre todas as condicionantes acordadas” e que a implantação e operação “estão estruturadas nas melhores práticas”, com padrões internacionais de gestão, eficiência, excelência e sustentabilidade”.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, a mina fará da Bahia “o °terceiro maior produtor de minério de ferro do país” e a solução logística de modais mistos “será âncora para outros depósitos minerais na região por viabilizar a criação de um novo corredor logístico de exportação de minérios e produtos agrícolas”.

Já o tema do impacto ambiental “cabe às autoridades ambientais e ao Ministério Público”, disse a pasta.

“Atinente aos riscos da atividade de mineração, como a mencionada lagoa de rejeitos, estas, além das autoridades ambientais, passam também pelo crivo da Agência Nacional de Mineração”, afirmou. Para o órgão, o Brasil passou a ter “uma das legislações mais rigorosas sobre o assunto” em setembro, com a edição da lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens.

O Ministério de Infraestrutura disse que o processo da Fiol “atendeu todas as exigências legais e passou pela avaliação dos órgãos ambientais e de controle”, estando apto para o leilão de 8 de abril.

A pasta afirmou ainda que os projetos de concessão de ferrovias seguem “diretrizes socioambientais e parâmetros exigidos por organização internacional que certifica

iniciativas sustentáveis”. E que a Fiol “está elegível para obter ‘selo verde’, o que dependerá ainda da iniciativa do futuro concessionário, com possibilidade de acessar financiamento no mercado global de green bonds”.

Para garantir “maior competitividade”, o Minfra disse estar assegurando a disponibilização de área para que, “caso deseje, o eventual vencedor do certame possa instalar seu próprio terminal de uso privado”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Você sabe o que é Geomarketing? Confira tudo aqui

GEOFUSION

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias

CI-ACTIVE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Risco Brasil medido pelo CDS volta a subir com aumento das ameaças políticas

Sul da Bahia teme que ferrovia traga destruição

Governantes e empreendedores prometem progresso, mas grupos preveem destruição de biodiversidade

Por Daniela Chiaretti — De São Paulo

16/03/2021 05h00 · Atualizado há uma hora





Ana Paranhos: "Imagine o impacto no cacau com os trens cheios de minério" — Foto: Ana Maria Rodrigues/Divulgação

Reynaldo Oliveira dos Santos, 74 anos, sai às 3h30 na sua canoa de oito metros. Vai com cinco companheiros pescar no mar de Ilhéus, como faz desde os 5 anos. Zé Neguinho, como é conhecido na colônia de pescadores, aprendeu o ofício com os avós, os tios e os pais. Com a pesca artesanal criou 25 filhos - sendo 24 mulheres e cinco delas pescadoras. "Cheguei da pescaria neste instante. Aqui dá pescada, dá camarão, mas já foi mais forte", conta. As invasões dos manguezais, construções de condomínios e a degradação do ambiente "instalada em todo lugar", como ele diz, cobram seu preço no maior pesqueiro do sul da Bahia. Agora há uma ameaça maior: a construção do Porto Sul, no distrito de Aritaguá. "Não é medo que tá causando. É um pânico grande na gente."

Uma mina de ferro, um porto e uma ferrovia estão a ponto de mudar para sempre a terra de vegetação exuberante e o mar rico em peixes do sul da Bahia. A última peça deste complexo logístico será leiloada em 8 de abril - um trecho de 500 quilômetros da ferrovia conhecida por Fiol, que pretende integrar o oeste produtor de grãos ao leste, e desembocar em Ilhéus.

Governantes e empreendedores prometem empregos e progresso onde ambientalistas, pesquisadores, donos de fazendas e empresários vislumbram um rastro de destruição de biodiversidade, da vida de comunidades tradicionais e da vocação local. Um estudo feito em 1993 por pesquisadores do Jardim Botânico de Nova York identificou na região um "hotspot" de biodiversidade da Mata Atlântica com a maior diversidade de árvores do mundo. São 450 espécies diferentes em um só hectare de floresta.



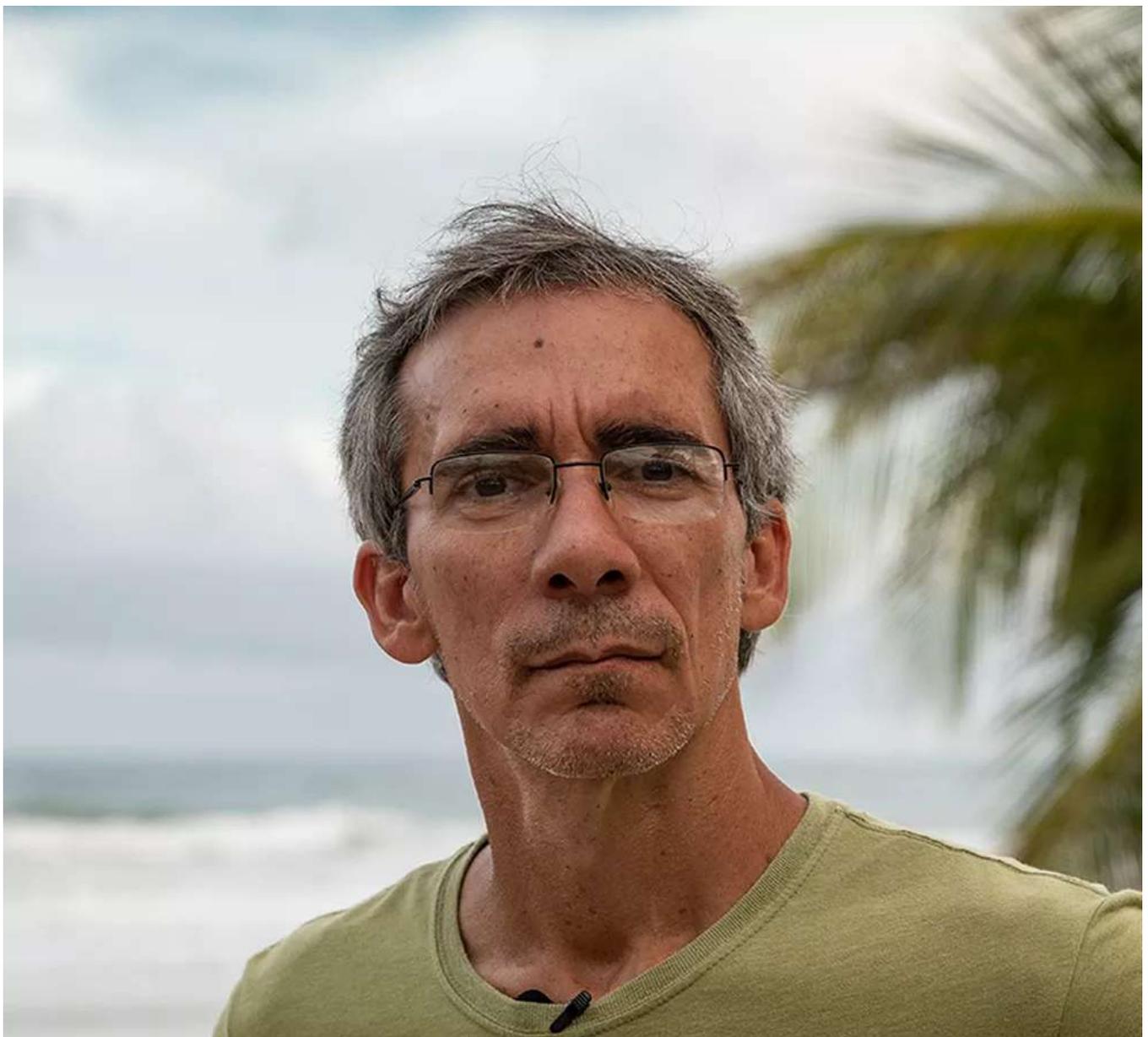


Maria do Socorro: "Por que não modernizam a ferrovia que já existe?" — Foto: Markus Mauthe/Divulgação

A mina de ferro da Bahia Mineração (Bamin), o trecho da ferrovia Fiol e o Porto Sul produzem controvérsia e resistência. "Estamos falando de um projeto que é um péssimo negócio. Faz estragos na economia que existe nesta região [da costa do cacau] e na área onde está o projeto de minério de ferro", diz Rui Barbosa da Rocha, fundador do Instituto Floresta Viva, no filme "Uma breve história do progresso", dirigido por Markus Mauthe e produzido por André D'Elia.

No sertão da Bahia, na região onde está a mina, há muitos agricultores familiares que produzem alimentos para quem vive por ali. “Tenho milho na roça, tem mandioca, tem mamão, tem o suficiente aqui no meu sertão”, fala no documentário Carlito de Carvalho, que vive desde sempre em Taquaril dos Fialhos, comunidade rural de Licínio de Almeida. “Muita gente fala: ‘Vixe, a comunidade Taquaril é pobre’. Ô meu Deus, é uma comunidade muito rica. A hora que entra dentro do Taquaril, limpa as vistas de qualquer viajante que chega, porque é bonito demais.”

A Pedra de Ferro, da Bamin, é um projeto de extração de minério de ferro e manganês por 30 anos nos municípios baianos de Caetité e Pindaí. “Trata-se de empreendimento de grande porte, com alto potencial poluidor”, diz em nota o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), que concedeu as licenças da mina. A licença de instalação, de 2019, diz que a área diretamente afetada é de 4.245 hectares. A barragem de rejeitos é de 180 milhões de m³.



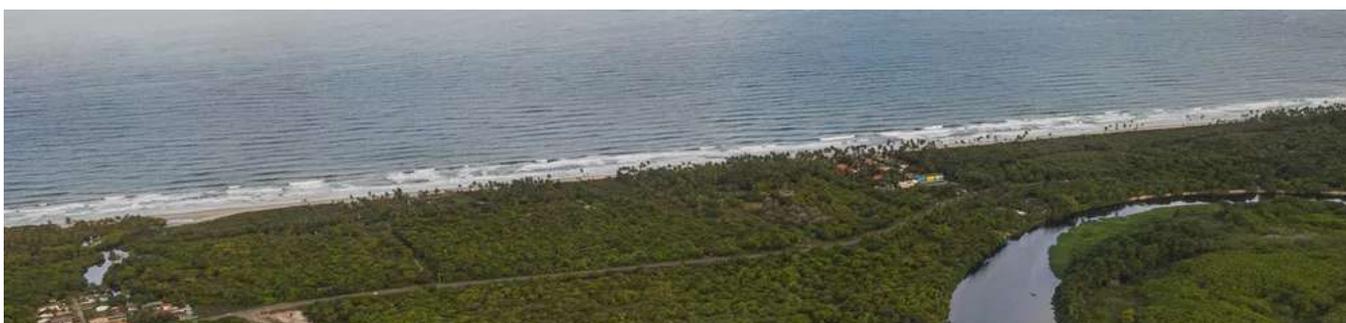


Rui Rocha: “Estamos falando de um projeto que é um péssimo negócio” — Foto: Markus Mauthe/Divulgação

“É muito maior que a que rompeu em Brumadinho e coloca em risco uma cidade inteira e o rio São Francisco”, diz o dentista Evilázio Bonfim, residente de Guanambi, a 40 quilômetros de Caetité e da mina. Ele explica que a barragem de rejeitos está acima do reservatório de água da cidade, de 50 milhões de m³. “A cidade não foi ouvida nesse projeto descabido”, diz Bonfim. Em julho de 2019, 8 mil pessoas foram às ruas de Guanambi protestar contra a barragem e exigindo audiência pública.

Em Caetité, os conflitos da mineração com as comunidades têm por foco a questão fundiária. A Bahia tem legislação que institui os fundos e fechos de pasto, áreas usadas por comunidades para soltar bois e bodes, colher ervas medicinais ou garimpar ametistas, e que reivindicam a posse coletiva de terras adquiridas pela Bamin. “São mais de 15 comunidades reivindicando estas terras”, diz José Carvalho, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A barragem irá se sobrepor a 26 nascentes que abastecem 3 mil famílias. “Comerciantes defendem o projeto porque acreditam que trará desenvolvimento e emprego, mas sabemos que isso só se dá na construção, que o emprego é temporário. As comunidades são contra”, diz ele.

Nota do Inema encaminhada à reportagem lista as licenças concedidas ao projeto Pedra de Ferro.





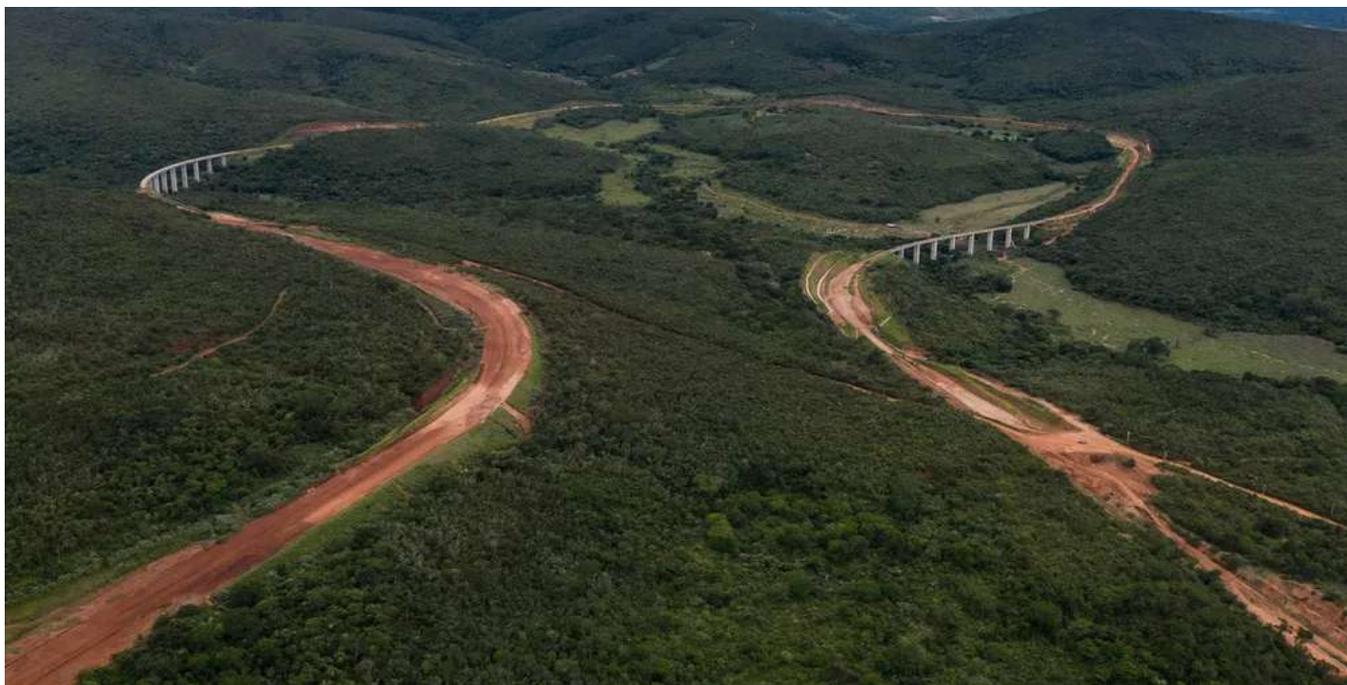
Canteiro de obras do Porto Sul, o rio Almada e a Mata Atlântica: projeto controverso que enfrenta resistência há 15 anos — Foto: Markus Mauthe/Divulgação

De Caetité a Ilhéus serão 537 quilômetros de ferrovia. O engenheiro florestal Carlos Alberto Mesquita se debruçou em documentos para entender a viabilidade da ferrovia. “Fica evidente que só será viável se, além da carga de minério, tiver transporte de grãos”, diz. “Ocorre que os três grandes projetos ferroviários hoje em debate, a Fiol, a Fico e a Ferrogrão, competem pela mesma carga.”

Mesquita integra o Movimento Sul da Bahia Viva formado por cidadãos preocupados com os riscos sociais e econômicos que os projetos podem trazer. “Claro que o melhor modal de carga é a ferrovia, mas é preciso observar o que tiver o menor impacto social”, diz. “Se o empreendimento não vier, será a melhor oportunidade que a região terá de se desenvolver pelo caminho correto, e não por algo de altíssimo risco, que pode não gerar desenvolvimento algum e acumular problemas na região.”

Documentos de novembro de 2020 da Agência Nacional de Transportes Terrestres com registros do Ibama indicam mais de 450 ocorrências de impactos ambientais em trechos com supressão irregular de vegetação e processos de erosão na terraplanagem da ferrovia - 62% de “alta gravidade”. O passivo ambiental, que será assumido por quem vencer o leilão, é estimado em R\$ 500 milhões.





Terraplanagem da Fiol: traçado da ferrovia corta floresta, divide fazendas e assentamentos e separa povoados ao meio — Foto: Markus Mauthe/Divulgação

O traçado da ferrovia corta floresta, divide fazendas e assentamentos, separa povoados ao meio. Terá impacto na biodiversidade e no seu entorno, como na linda Lagoa Encantada onde mais de mil famílias sobrevivem da pesca. “É um projeto errado”, argumenta Rui Rocha. “Aqui é um lugar espetacular. Tem maciços de Mata Atlântica e água abundante, comunidades tradicionais de pescadores e de pequenos produtores. É o cenário da economia do cacau retratado na literatura de Jorge Amado”, lembra. São mais de 400 mil hectares de cacau plantados no meio da Mata Atlântica.

Ana Paranhos Monteiro é da quarta geração de tradicional família da região. Herdou a fazenda do bisavô, viu a avó enfrentar sem sucesso a “vassoura de bruxa” (praga que dizimou a cultura décadas atrás) e transformou o legado com produção orgânica na Fazenda Cruzeiro do Sul e biodinâmica na Nova Juruá. Obras da Fiol já cortam a propriedade que hoje produz cacau de alta qualidade no sistema agroflorestal conhecido por cabruca. Tudo o que sai da fazenda - cacau, chocolate, açaí, banana, limão, jaca - é certificado. “Imagine o impacto se o minério não estiver envelopado”, teme Ana. Ela diz que o terreno é acidentado e pedregoso. “Como farão para construir? Vão explodir bombas?”

O Ibama, que licenciou a ferrovia, não respondeu aos questionamentos da reportagem.

A Valec, empresa que detém a concessão da Fiol, disse em nota que, “até o momento, os números do meio ambiente refletem o atendimento às condicionantes do licenciamento ambiental”. Informou 144 sítios arqueológicos identificados, dos quais 120 resgatados, e disse que se garantiu “resgate e soltura” de cerca de 20 mil “espécimes de fauna no habitat”. Transplantaram 8.069 cactos, bromélias e orquídeas de 78 espécies.

“É uma região que deveria estar focada no turismo de baixa intensidade e de qualidade”, avalia Renato Cunha, coordenador do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá). Ele elenca os diversos impactos dos três projetos. A mina, além dos rejeitos e da poluição do ar, pode causar danos à qualidade da água e à produção de alimentos. A ferrovia fragmenta o território. E o porto afeta os remanescentes de Mata Atlântica e a pesca artesanal. “Vai na contramão do que estava previsto para a região”, lembra.

“Este projeto não vai melhorar a vida da população de Caetité nem de Ilhéus. A mina é uma riqueza finita”, diz Maria do Socorro Mendonça, liderança e fundadora do Instituto Nossa Ilhéus. Ela lembra a opção de escoar o minério usando a Ferrovia Centro-Atlântica, que passa a 70 km de Caetité e desemboca no porto de Aratu. “Por que não modernizam a ferrovia que já existe? O custo é muito menor do que destruir uma região”, alerta.

Com ela concorda Mario Mantovani, há 30 anos na SOS Mata Atlântica. “O projeto é equivocado. O investidor hoje não é o mesmo de dez anos atrás”, diz, referindo-se à primeira versão do porto. “A vocação econômica da região é turismo, cacau de qualidade, pesca”. São 500 mil turistas por ano na bela costa local. “Não há justificativa ética, moral ou econômica frente à destruição da maior área de biodiversidade do planeta.”

A controvérsia em relação ao Porto Sul tem quase 15 anos, quando o projeto teve início. A resistência foi forte, os ministérios públicos federal e estadual entraram com ações sucessivas e o preço do minério de ferro caiu - tudo isso fez com que o empreendimento ficasse em banho-maria. Ressurgiu há pouco, deslocado 12 km da primeira proposta. O porto ficará em alto-mar, conectado por um píer de três quilômetros. A obra tem tal complexidade que sua viabilidade ambiental foi

licenciada com 38 condicionantes determinadas pelo Ibama. Os ambientalistas dizem que não foram cumpridas. O Ibama não respondeu.

Boa parte da população de Ilhéus acredita que o porto trará empregos e desenvolvimento. Mas a costa do cacau, muito preservada, será fortemente afetada. Os danos à vida dos pescadores são profundos. “Eu só sei pescar. A empresa tem feito cursos com os pescadores para fazer doce de banana, artesanato. Queremos condições de sustentar a família de forma digna”, reclama Zé Neguinho.

Em 2018 foi criado um grupo de trabalho com representantes dos ministérios públicos estadual e federal, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria do Meio Ambiente e o Inema, a Casa Civil e a Bamin. A intenção era discutir ações preventivas e soluções reparatorias aos impactos socioambientais do Porto Sul, conta Aline Valeria Archangelo, promotora regional de meio ambiente de Ilhéus.

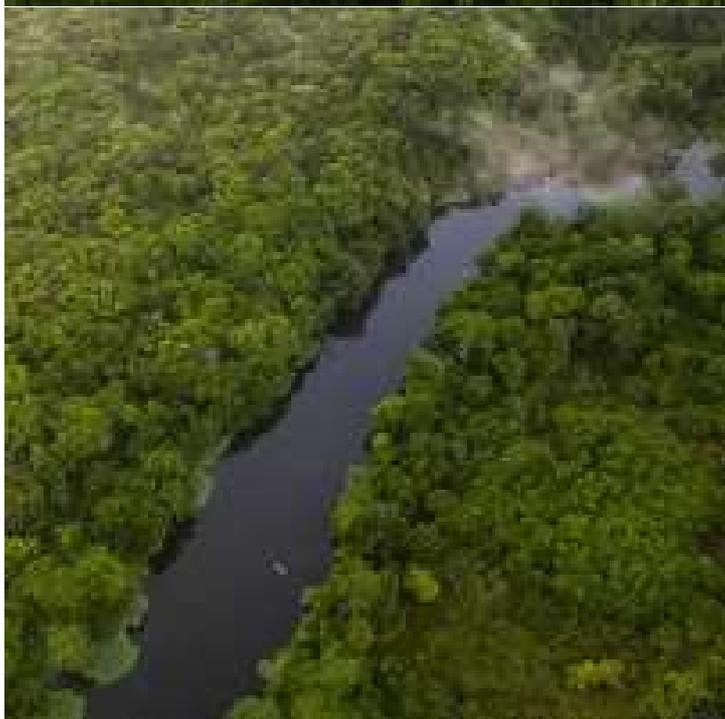
“Reconhecemos que o Brasil tem poucos portos, que precisa baixar o custo-Brasil, mas não devia ser em uma região raríssima como esta.”

Em 2019 foi assinado um Termo de Compromisso Socioambiental (TCAS), esclarece nota enviada pelo Inema. Os ministérios públicos desistiriam das ações judiciais e a Bamin colocaria R\$ 45 milhões, em seis anos, para estudos e investimentos em monitoramento, fiscalização, recuperação de ecossistemas, planejamento estratégico e nas unidades de conservação. “São mais que estudos, são ferramentas”, diz Manoel Serrão, superintendente de programas do Funbio, organização que vai gerenciar os programas do TCAS. “Normalmente estes ajustes vêm depois. Estaremos preparados antes”, diz.

“Uma mina com ciclo de vida de 20 a 30 anos não justifica alteração tão profunda do território”, diz Miguel Calmon, consultor sênior do WRI Brasil. “O conjunto da ópera não faz sentido e não temos clareza dos impactos”. Ele registra a especulação de terras que empreendimentos assim produzem: “Só na expectativa de que a terra irá valorizar, o pessoal começa a converter a floresta.” O projeto, acredita, “é dado como certo”. Calmon não se diz “contra a iniciativa em si”, mas argumenta que “qualquer empreendimento desta envergadura tem obrigação de desenvolver o território de modo sustentável”.

Amarildo Novais Arcanjo, o Báú, é líder dos pescadores da Barra Norte. Pesca todos os dias em alto-mar. “Rapaz, somos crescidos e criados nisso. Com o porto, como vamos fazer? Tenho até a sexta série. Hoje até pra correr atrás do caminhão do lixo tem que ter ensino fundamental.” São milhares de pescadores na região e os recursos pesqueiros já andam escassos. Reivindicam compensação vitalícia. “A gente que é pequeno acaba sempre no prejuízo”, diz Báú.

Ameaça ambiental no sul da Bahia



12 fotos

Projeto de mineração é contestado por ambientalistas, produtores rurais e moradores da região

Veículo: G1	Economia
Data: 15/03/2021	



Governo pede aval do Congresso para usar 'sobras' de 2020 em despesas do Orçamento 2021

União quer usar 'superávit financeiro' porque, sem Orçamento aprovado, não pode abrir crédito para driblar regra de ouro. Economia pede urgência e aponta possível impacto já em março.

Por Jamile Racanicci, Sara Resende e Elisa Clavery, TV Globo —
Brasília

15/03/2021 21h25 Atualizado há 11 horas

O governo enviou ao **Congresso Nacional** nesta segunda-feira (15) um projeto de lei que flexibiliza a execução dos gastos federais enquanto o Legislativo não aprova o Orçamento de 2021. A proposta permitiria o uso do "superávit financeiro" – dinheiro que estava vinculado e não foi usado em 2020 – para pagar despesas que, hoje, estão travadas.

A exposição de motivos que acompanha o projeto é assinada pelo ministro da Economia, **Paulo Guedes**, e diz que a aprovação do texto é "urgente" e "imprescindível".

“Entre essas despesas [que dependem da aprovação], destacam-se a folha de pagamento de pessoal ativo de alguns órgãos e entidades do Poder Executivo, os precatórios, as aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social, e os serviços públicos essenciais, como a operação carro pipa no semiárido brasileiro, entre outras”, diz a pasta.

O projeto de lei e a exposição de motivos do Ministério da Economia não informam o saldo atual do "superávit financeiro" que poderia ser liberado para o pagamento dessas despesas. O G1 aguarda retorno do governo sobre o número.

No caso do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), 39,7% dos benefícios correm risco de atraso. Segundo dados do Tesouro Nacional, do total de R\$ 541,2 bilhões em recursos federais destinados a aposentadorias urbanas, R\$ 214,8 bilhões dependem da flexibilização para serem pagos. Dos R\$ 144,5 bilhões em aposentadorias rurais, R\$ 57,3 bilhões precisam da aprovação do projeto de lei para serem liberados.

Essas despesas, hoje, dependem de dois processos para serem liberadas:

- que o Congresso aprove a Lei Orçamentária Anual de 2021 – o que, em tese, deveria ter ocorrido ainda em 2020;
- que, em seguida, o governo federal envie e o Congresso aprove um **crédito suplementar de R\$ 453,715 bilhões** para o Orçamento 2021.



Proposta de orçamento para 2021 tem previsão de déficit de mais de R\$ 230 bilhões

Quando aprovado, esse crédito suplementar permitirá que o governo federal contraia dívida para pagar benefícios, salários e outras despesas – o que é proibido pela regra de ouro. Sem o crédito, o governo é obrigado a contingenciar pagamentos, já que o presidente que infringe a regra de ouro pode ser responsabilizado por crime de responsabilidade.

“Ocorre, porém, que a LOA 2021 poderá ser publicada somente na primeira quinzena de abril, o que impossibilita a abertura de crédito autorizada nessa Lei para o atendimento de despesas constantes do órgão 93000, cuja execução já se mostra necessária no decorrer do mês de março.”

O "órgão 93000" citado pelo Ministério da Economia é, justamente, o trecho do Orçamento de 2021 que reúne as despesas condicionadas à aprovação de um crédito suplementar.

Além de salários e aposentadorias, também corre risco o repasse de 73,4% (R\$ 14,4 bilhões) dos R\$ 19,6 bilhões que o governo federal tem de transferir para o Fundo de Desenvolvimento da Educação

Básica (Fundeb), de acordo com cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Orçamento 2021

O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (DEM-MG), **quer aprovar o Orçamento de 2021 até o final deste mês**. O projeto tramita na **Comissão Mista de Orçamento (CMO)** e, segundo a deputada Flávia Arruda (PL-DF), presidente do colegiado, será analisado na próxima quarta-feira (24).

Em seguida, a Lei Orçamentária Anual ainda terá de ser aprovada no plenário do Congresso Nacional e encaminhada à sanção presidencial.

Quando isso tudo acontecer, o governo federal poderá enviar o projeto de crédito suplementar ao Congresso Nacional. O texto, assim como o orçamento-geral, também precisa passar na CMO e no plenário do Congresso.

De onde virá o dinheiro?

A saída encontrada pelo **Ministério da Economia** para pagar as despesas correntes e cumprir a regra de ouro, sem o crédito suplementar aprovado em 2019 e 2020, é recorrer ao dinheiro acumulado na conta única do Tesouro Nacional em 2020.

Esse estoque é chamado de "superávit financeiro" e corresponde ao dinheiro que tinha vinculação específica no Orçamento de 2020 mas não foi gasto, nem remanejado.

A ideia do governo é, até a aprovação do crédito suplementar, "trocar" as fontes de receitas de algumas despesas que, no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2021 em tramitação no Congresso, estão condicionadas ao crédito suplementar. Elas passariam a se vincular ao superávit financeiro, que já está no caixa.

A exposição de motivos do Ministério da Economia não esclarece se o saldo da conta única do Tesouro Nacional será recomposto após a aprovação do crédito suplementar.

Operação Arinna combate adulteração de combustível em São Paulo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foi deflagrada, na manhã desta segunda-feira (15), a segunda fase da Operação Arinna, para desarticular uma organização criminoso especializada em adulterar combustível e um tipo de reagente utilizado em veículos movidos a diesel para a redução de poluentes, conhecido como Aro 32. Os crimes teriam possibilitado à organização sonegar tributos federais estimados em R\$ 270 milhões. A Operação Arinna é coordenada pela Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco Piracicaba/SP).

Esta etapa decorre da análise dos dados fiscais e bancários, cujos afastamentos dos sigilos foram deferidos judicialmente. Essa análise permitiu identificar o caminho percorrido pelo dinheiro, desde os financiadores do esquema investigado até os principais beneficiários finais desses recursos.

Em coletiva realizada na manhã de hoje, a auditora-fiscal Mirela Batista, explicou que na primeira fase da operação, deflagrada em outubro de 2020, foi feita a coleta de várias provas. 'Na primeira fase, já tínhamos chegado a um principal financiador do esquema, que foi preso. Agora, identificamos um segundo financiador, que estava acima do primeiro. Ele é objeto desta segunda fase, junto com empresas que vinham sendo usadas para ocultar patrimônio', disse.

Segundo a auditora, esse financiador é um dos grandes devedores da Fazenda Nacional e a do Estado de São Paulo. O investigado viabilizou o crédito de R\$ 490 milhões nas contas usadas pela quadrilha.

Dos cruzamentos realizados, foi possível chegar aos mentores do 'esquema'. Para permanecerem ocultos nas operações de importação e comercialização dos produtos citados, foram utilizadas contas de terceiros, que acolheram créditos superiores a R\$ 490 milhões no transcorrer de três anos. De todos investigados na segunda fase, os recursos financeiros movimentados estão estimados em R\$ 4,8 bilhões.

Segundo os promotores, a estimativa é de que centenas de postos estejam envolvidos no esquema, mas ainda não há um levantamento exato.

Ainda segundo a auditora, é possível que este esquema esteja sendo replicado por outras quadrilhas, por isso é importante que os consumidores utilizem postos de combustíveis que sejam confiáveis, 'e de valores de combustíveis que estejam condizentes com o mercado, que não utilizem de valores que estejam abaixo, porque provavelmente pode ter algum problema'.

Mirela destaca ainda que a operação visa a diminuir prejuízos tanto para a **arrecadação** de impostos e para o consumidor final: 'quando a Receita Federal participa de uma operação dessa é para coibir prática fraudulenta e promover a livre concorrência e o livre mercado do comércio de combustíveis, porque tem empresários honestos que estão pagando seus impostos e tributos regularmente, enquanto tem crime organizado promovendo essas adulterações nos combustíveis. E também no Aro 32, um reagente feito para diminuir os poluentes de gases tóxicos, ou seja a adulteração pode danificar o motor do carro e ainda jogar agentes tóxicos no meio ambiente. É um duplo prejuízo, tanto para o meio ambiente quanto para o consumidor final'.

Mandados

Estão sendo cumpridos 11 mandados de busca e apreensão nas cidades paulistas de Valinhos, Ibaté, Paulínia, Ribeirão Bonito, Araraquara, Indaiatuba e Jundiaí, além de Cuiabá e Cocalzinho (MT). O nome da operação é uma referência à deusa do sol da extinta civilização hitita.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com essa natureza não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Não haverá crescimento consistente sem equilíbrio fiscal

Reforma administrativa poderá melhorar a produtividade da máquina pública

Robson Braga de Andrade

Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

A redução das incertezas políticas e econômicas, a aceleração do ritmo de crescimento da atividade produtiva e a criação de empregos em 2021 dependem, entre outras coisas, do ajuste das contas públicas. Por isso, é importante que o governo federal e o Congresso Nacional reafirmem o compromisso com a responsabilidade fiscal e com a manutenção do teto de gastos.

Mesmo diante do recrudescimento da pandemia da Covid-19, é preciso zelar pela correta destinação dos recursos e buscar o equilíbrio fiscal. No ano passado, a exemplo do que ocorreu nos demais países, o Brasil aumentou substancialmente os gastos públicos para diminuir os impactos da crise provocada pela pandemia da Covid-19. Esse esforço foi fundamental para ampliar a atenção à saúde da população, garantir a sobrevivência das famílias de baixa renda e proteger as empresas e os empregos.

As ações emergenciais também contribuíram para a rápida recuperação da economia a partir do terceiro trimestre, amenizando a recessão que tivemos em 2020.

Entretanto essas despesas tiveram um forte impacto nas contas do governo. O déficit primário do setor público atingiu R\$ 793 bilhões no ano passado, o pior resultado desde 2001. Com isso, a dívida bruta federal alcançou R\$ 6,6 trilhões, equivalente a 89,3% do PIB (Produto Interno Bruto), o maior patamar dos últimos 14 anos.

A manutenção dos gastos e da dívida em níveis tão elevados é preocupante, pois alimenta a desconfiança dos investidores na capacidade de o país honrar seus compromissos. O próprio Tesouro Nacional alerta que, sem o necessário ajuste fiscal, o Brasil corre o risco de enfrentar, no futuro próximo, dificul-

dades para refinarçar a dívida que está por vencer.

A insegurança dos investidores em relação à trajetória das contas do governo vem pressionando as taxas de juros exigidas pelo mercado para a compra dos títulos públicos, o câmbio e, conseqüentemente, a inflação. O aumento dos juros, do dólar e dos preços compromete o planejamento das empresas e a renda das famílias. O resultado é a redução do consumo, da produção, dos investimentos e do crescimento da economia.

Diante desse quadro, os Poderes Executivo e Legislativo e os demais setores da sociedade precisam avaliar a qualidade dos gastos e definir as prioridades das políticas públicas. Um passo importante nes-

sa direção é a aprovação de uma reforma administrativa que melhore a produtividade da máquina pública e aumente a eficiência dos serviços prestados à população. A reforma também deve enfrentar a questão do crescimento constante das despesas com pessoal.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que, mesmo em períodos de crise econômica e fiscal, os ganhos dos servidores públicos superam os dos demais trabalhadores. Entre 2014 e 2016, por exemplo, enquanto o rendimento médio dos empregados da iniciativa privada ficou estagnado, o do setor público teve um aumento real de 10%. Em 2019, os ganhos da União com pessoal tiveram um acréscimo real de 6,8% na comparação com 2014.

Além da reforma administrativa, o ajuste duradouro das contas públicas requer medidas que, em períodos de desequilíbrio fiscal, permitam à União, aos estados e aos municípios reduzir as despesas obrigatórias, sobretudo os gastos com pessoal e com encargos sociais. Essas iniciativas, combinadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a regra do teto de gastos, fortalecerão o conjunto de instrumentos que permite a manutenção do equilíbrio do orçamento a longo prazo.

O controle dos gastos e a consequente redução da dívida pública aumentarão a capacidade do governo de investir em áreas cruciais como saúde, educação e segurança. Essas medidas também ajudarão a manter taxas de juros mais baixas e a evitar aumentos na carga tributária. Só assim será possível criar um ambiente favorável aos investimentos e à produção, à geração de empregos e renda e a uma retomada sustentável do desenvolvimento econômico e social do país.

[...]

Executivo, Legislativo e demais setores da sociedade precisam avaliar a qualidade dos gastos e definir as prioridades das políticas públicas. (...) A reforma administrativa também deve enfrentar a questão do crescimento constante das despesas com pessoal

Preços da Petrobras

Não é possível penalizar a companhia, mas o consumidor há de ser protegido

André Franco Montoro Filho

Economista, é professor titular sênior da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP)

A ciência econômica ensina que em um sistema competitivo os preços de mercado levam a uma alocação ótima de recursos. Este é o fundamento teórico mais contundente para recomendar a menor intervenção governamental na formação de preços. Nada de congelamentos e controle de preços. Deixem o mercado funcionar.

Insisto: isso vale em mercados competitivos, mas quando a concorrência é imperfeita. Claramente o mercado de petróleo não é competitivo. Logo, os preços não são eficientes. Um bom governante, seguindo os ensinamentos da ciência econômica, deveria procurar corrigir essas distorções de mercado não competitivo (oligopólio ou monopólio). Corrigir na direção de alcançar os preços competitivos.

Como demonstrou José Roberto Mendonça de Barros, a recente alta do preço do petróleo decorre de um acordo, de uma manobra especulativa entre Rússia e Opec (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) — ou seja, o preço está artificialmente elevado por controle de oferta oligopolista. Preço de cartel.

E como fica o Brasil? Como produtor, ele se beneficia desses preços mais altos, pois é exportador líquido. Mas os consumidores internos pagarão um preço artificialmente elevado provocado por manobras

oligopolistas. Se existisse um Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) internacional, ele iria ter de intervir para defender a concorrência, ou seja, defender o consumidor contra preços abusivos. Mas não sejamos Dom Quixote. Em um mundo e em um setor oligopolizado, não podemos pretender ter internamente preços de mercados competitivos, no sentido da ciência

[...]

E como fica o Brasil? Como produtor, ele se beneficia desses preços mais altos, pois é exportador líquido. Mas os consumidores internos pagarão um preço artificialmente elevado provocado por manobras oligopolistas

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Painel do Leitor, 425, São Paulo, CEP 01302-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



A médica Ludhmila Hajjar no aeroporto de Brasília após ter se reunido com Bolsonaro no domingo e recusado o ministério

Adriano Machado/Reuters

Não

"Ludhmila diz a Bolsonaro que não aceita Ministério da Saúde" (Mônica Bergamo, 15/3). As chances de um profissional da saúde responsável aceitar qualquer participação no governo Bolsonaro estão a cada dia menores.

Maria Valeska R. da Silva (Natal, RN)

STF e Congresso são culpados também pelo genocídio provocado em nosso país. Por que não entram com processo de impeachment ou de interdição?

Baltazar Sanchez (São Paulo, SP)

Ou seja, perdemos a pessoa mais qualificada, que nos ajudaria a ficar vivos e salvaria muitas vidas. Mas, para um governo de genocidas boçais, ela não serve; só a morte interessa a essa desgraça que desgoverna o país. Tribunal do Santo Ofício é pinto perto dessa corja.

Vera Queiroz (Rio de Janeiro, RJ)

Depois da entrevista da doutora Ludhmila, ficou claro para mim que estamos em guerra. E o inimigo está no poder. Temos que tirar esse cara e toda a sua turma de lá. Varrê-los! A forma correta é Arthur Lira aceitar, hoje, um pedido de impeachment.

Isidoro Oliveira (Rio de Janeiro, RJ)

O país está à deriva. O não da doutora Hajjar demonstra que o presidente está envolto no negacionismo e no anticientificismo. Enquanto isso, as mortes batem recordes diariamente, e não temos vacinas nem perspectivas para sair desta enorme crise.

Calebe Henrique Bernardes de Souza (Mogi das Cruzes, SP)

Sim

"Cardiologista Marcelo Queiroga aceita convite de Bolsonaro para substituir Pazuello na Saúde" (Saúde, 15/3). Superlinhado a Bolsonaro, e mais do mesmo, pois ninguém enfrenta seres mitológicos.

Luiz Roberto Rocha Teixeira (São Paulo, SP)

Mais um que vai se queimar por uns trocados. Porque, no fim, com esse presidente aí não tem jeito. Pode colocar até o Nobel de Medicina que de nada vai adiantar.

Felipe José Fernandes Macedo (São João del-Rei, MG)

Terá continuidade, ou seja, um monte de pessoas morrendo.

Graziano Pera (Vila Velha, ES)

Esportes

Junto-me à leitora Virgínia Knabben com relação à sentida falta de outros esportes neste jornal (Painel do Leitor, 15/3). Volei tem público bastante grande, bem como o tênis. Espero que a edição de esportes fique mais abrangente.

Lisbeth K. Cordani (São Paulo, SP)

Parabéns aos guerreiros pela conquista e à Folha por noticiar, mesmo discretamente, o feito ("Seleção masculina de handebol fica com vaga olímpica", Esporte, 15/3). O handebol há anos vem sofrendo pelos desmandos e má gestão de seus mandatários e perdeu a classificação direta no Pan de Lima, em 2019. É louvável a luta dessa equipe.

José Otávio Pinto e Silva (São Paulo, SP)

Imprestável

Bolsonaro está certo! Se nossas instituições, ditas democráticas, não têm um modo de destituir, fácil e prontamente, um presidente que tem desprezado a vida dos cidadãos, reiterada e acintosamente, nesses 12 meses de Covid, a Constituição é conversa para boi dormir! Se um renitente obscurantista foi eleito e permanece no poder mesmo depois de quase 300 mil mortes, o regime parece de fato imprestável.

Marcos Wagner da Cunha, médico (São Paulo, SP)

Flávio, Jair e Carlos

"Quebra de sigilos do caso Flávio revela indícios de 'rachadinha' em gabinetes de Jair e Carlos Bolsonaro" (Poder, 15/3). Isso é que é defender os valores da família.

Daniel Butelli Henriksen (Porto Alegre, RS)

Já é passada a hora de a mídia dar o nome certo a esse crime! Não é "rachadinha"! É desvio de dinheiro público, é corrupção!

Odair Luiz Andreani (Blumenau, SC)

É a "nova política". Uma pessoa que ficou quase 30 anos na velha política nunca faria diferente.

Jane Santos (Rio de Janeiro, RJ)

Bom trabalho dos repórteres. Isso é jornalismo investigativo.

Maria Stela C. Morato (São Paulo, SP)

O problema

"Não adianta trocar o ministro 'Peadelo', o problema chama-se Bolsonaro" (Saúde, 15/3). Concordo. O problema é Bolsonaro, seu entorno ideológico e seus admiradores, no mínimo ingênuos e sem informação.

Talvânio José de Oliveira (Varginha, MG)

Depende dos objetivos e do ponto de vista. Para a maioria da população o problema é a Imprensa.

Luciano Napoleão de Souza (Barroso, MG)

Pois é. Ninguém consciente vai aceitar um cargo desse tanto que dizer amém para as loucuras do chefe.

Carina Akemi (São Paulo, SP)

Igreja e homossexualidade

"Com aval do papa, Vaticano profere bênção a união gay e chama homossexualidade de pecado" (Mundo, 15/3). Igreja Católica Apostólica Romana não está preocupada em acolher. Que pena, Francisco!

Elisabeth Beraldo Faria (Mogi das Cruzes, SP)

A proibição vem de uma organização que, por décadas, acolheu e protegeu pedófilos. Triste hipocrisia, especialmente imaginando que, para doações, o dinheiro da comunidade LGBT continua valendo.

Pierre Laville (Salvador, BA)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

ERRAMOS (15.MAR., PÁG. A3) O prenome da duquesa da Cornwallia, Camilla Parker Bowles, foi grafado incorretamente.

mercado

'Efeito Amazonas' pode se espalhar pelo Brasil, alerta relatório do BC

Pandemia afeta retomada no estado, e há risco de quadro se repetir em escala nacional, aponta estudo

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Os efeitos da crise no Amazonas, avaliados em estudo do Banco Central, mostram como o recrudescimento da pandemia coloca em xeque a recuperação da economia, não apenas no estado ao norte do país mas em todo o Brasil, por afetar principalmente o setor de serviços, o que mais emprega e que ainda não voltou ao nível pré-crise.

Os dados constam do Relatório Regional do BC, que trouxe um capítulo sobre a evolução da pandemia no Amazonas e seu impacto na economia, incluindo a comparação com os dados nacionais e também com o restante da região Norte.

"Os indicadores de alta frequência sugerem que a contração econômica ocorrida em janeiro no Amazonas tem magnitude similar à observada em abril de 2020 e que sinais de acomodação empatarem ainda baixo aparecem a partir da segunda semana de fevereiro", diz o BC.

"Dadas as dinâmicas distintas de evolução da Covid-19 nos estados brasileiros, o caso do Amazonas sinaliza os possíveis impactos de um agravamento severo da epidemia em outras regiões", afirma a instituição.

Segundo o estudo, as transações de bens e serviços efetuadas com cartão de débito registraram recuo de 13% na média móvel de sete dias até 10 de fevereiro, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para as contrações em vestuário e calçados (82%) e restaurantes e similares (54%), dois

dos seguimentos mais afetados pela queda na circulação de pessoas.

O consumo de energia pela indústria local também despencou.

Nos demais estados da região, os dados foram positivos em praticamente todos os segmentos no mesmo período.

A instituição também mostra que o aumento de mortes e da contaminação no Amazonas levou a uma nova queda na circulação por restaurantes, shoppings e cinemas, entre outros serviços de lazer.

Antes da nova explosão de casos, a circulação por esses locais estava acima do patamar pré-crise em todos os estados da região Norte. Depois, caiu mais acentuadamente no Amazonas, local mais afetado pela epidemia. Isso se refletiu no recrudescimento da pandemia até o momento. Estava 47% abaixo do nível pré-crise no dado da média móvel de sete dias até 12 de fevereiro.

A queda no restante da região e na média nacional foi bem inferior, 24% e 15%, respectivamente, no mesmo período, segundo o indicador de mobilidade Google Mobility, citado pelo BC.

Em nível nacional, o setor de serviços também mostrou um melhor desempenho antes da atual onda de aumento de contágio e morte, que ganhou força em fevereiro e março, deflagrando novas rotas de isolamento social por todo o Brasil.

O IBGE informou que, o volume do setor de serviços cresceu 0,6% em janeiro, em relação a dezembro. A indústria também teve ligeiro crescimento (0,4% na comparação mensal), enquanto o comér-

Retomada da atividade desacelera no último trimestre



Dadas as dinâmicas distintas de evolução da Covid-19 nos estados brasileiros, o caso do Amazonas sinaliza os possíveis impactos de um agravamento severo da epidemia em outras regiões

Relatório Regional do BC

busca por vacinas, para tentar estancar perda de população causada pelo aumento do número de mortes e pela tímida evolução na imunização da população contra o coronavírus.

Em evento recente, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, mostrou dados de Israel que apontam queda no número de mortes e internações após a vacinação de idosos e disse que isso reduz o medo das pessoas com o vírus e faz a economia voltar à normalidade mais rapidamente. "Assim você retira o fator medo e as coisas voltam a funcionar", afirmou.

O ministro Paulo Guedes (Economia) também tem afirmado que a prioridade é "vacina, vacina e vacina" e que, sem vacinação em massa, a economia não se sustenta.

cio registrou retração de 0,2%.

A leitura agora é que, por causa do atraso no programa nacional de vacinação e da falta de ação do governo federal no combate ao coronavírus, a piora na crise sanitária vai comprometer os resultados dos três setores já em fevereiro, com possibilidade de números ainda piores a partir de março.

A CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) diminuiu de 3,5% para 3,4% a expectativa de crescimento em 2021 e atribuiu a mudança, entre outros fatores, à lentidão da adoção de medidas de combate ao agravamento da pandemia do novo coronavírus.

"Atendência é que o setor de serviços consiga compensar apenas parcialmente a queda recorde de volume de receitas observada em 2020 (-7,6%), considerando um cenário de redução moderada dos atuais níveis de isolamento social até o fim deste ano", afirma o presidente da entidade, José Roberto Tadros.

A necessidade de avançar no controle da crise sanitária para minimizar os efeitos econômicos da pandemia tem sido defendida por economistas do setor privado e também pela equipe econômica do governo federal.

Além de a piora na crise sanitária reduzir a circulação de pessoas, de forma voluntária ou não, ela aumenta a pressão por mais gastos em um momento de crise fiscal, como mostra a necessidade de se recriar o auxílio emergencial.

Como mostrou a Folha, o próprio presidente Jair Bolsonaro (sem partido) deu início a uma ofensiva, com foco na

Reportagem da Folha do início do mês passado já mostrou que indicadores econômicos preliminares apontavam os efeitos do fim do auxílio emergencial e da piora na questão da saúde sobre o nível de atividade em janeiro.

Alguns desses indicadores mostram que a atividade continuou a perder força até o início de março, quando o agravamento da questão sanitária, antes mais restrito a algumas cidades, alcançou todo o país.

O Indicador de Atividade da Genial Investimentos, elaborado pela equipe do economista José Márcio Camargo, recuou em 12 dos últimos 14 dias. "O indicador aponta arrefecimento da atividade econômica desde o início do ano. Com o recrudescimento da pandemia, a tendência é que os indicadores de mobilidade urbana e número de voos domésticos continuem recuando nos próximos dias", afirma a instituição, citando alguns dos componentes do índice.

O Idar (Indicador Diário de Atividade) do Itaú Unibanco ainda estava, no começo deste mês, 14% abaixo do nível verificado em meados de março de 2020, em uma situação praticamente de estabilidade desde outubro do ano passado.

Na sexta-feira (12), o banco revisou as projeções de crescimento da economia brasileira neste ano de 4% para 3,8% em 2021 e de 2,5% para 1,8% em 2022. A revisão se deveu à deterioração das condições financeiras resultante do aumento do risco fiscal.

Para o banco, a despeito do aumento do distanciamento social, o impacto da questão fiscal sobre a redução do crescimento será menor em 2021 do que em 2022, em consequência do crescimento global robusto e do impulso vindo da vacinação neste ano.

"Ainda deve demorar alguns meses para que a imunização impacte de forma clara a dinâmica da pandemia. Além disso, o surgimento de variantes do vírus é um risco à eficácia das vacinas que tem que ser monitorado à frente", diz a instituição.

Atividade econômica cresce 1,04% em janeiro, mas deve desacelerar

Larissa Garcia

BRASÍLIA A atividade econômica cresceu 1,04% em janeiro, segundo o indicador IBC-Br do BC (Banco Central) divulgado nesta segunda-feira (15). O índice alcançou o maior patamar desde maio de 2015, apontando uma retomada econômica no período.

Na avaliação de economistas ouvidos pela Folha, no entanto, a tendência é de desaceleração em fevereiro e março em razão do agravamento da pandemia e de novas medidas de restrição adotadas em alguns estados.

Além disso, o número de janeiro ainda reflete o relaxamento do distanciamento social promovido no fim do ano passado e o auxílio emergencial, pago até dezembro.

O indicador é medido em pontos e chegou a 140,30 no mês. A variação percentual foi bem acima da observada em dezembro (0,71%). Antes, o BC havia divulgado que a economia cresceu 0,64% no mês, mas a série foi revisada.

Em janeiro de 2020, o índice era de 138,54 pontos e foi a 140,02 em fevereiro. A partir de então, a atividade começou a cair e chegou ao menor nível em abril, com 139,93 pontos.

O número foi calculado com ajuste sazonal (que remove especificidades de um mês, como número de dias úteis) para facilitar a comparação com outros períodos.

Após o começo da pandemia, o fechamento dos comércios e o distanciamento social afetaram a economia. Com a reabertura e flexibilização das medidas restritivas, a atividade entrou em ritmo de recuperação, embo-

ra sem compensar as perdas da crise sanitária.

Silvia Matos, pesquisadora de economia aplicada do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV (Fundação Getúlio Vargas), diz que a retomada da economia está condicionada à capacidade de conter a pandemia.

"Os números do passado foram positivos mas ficaram no passado. Agora temos uma nova rodada de restrições e setores que já estavam muito deprimidos, como serviços, devem permanecer assim. Em janeiro a indústria ainda mostrou robustez porque houve demanda muito grande e reposição dos estoques", avalia a especialista.

Matos destaca que o alongamento da crise pode gerar problemas de longo prazo. "Enquanto de fato não superarmos a pandemia será prematuro dizer que o pior ficou para trás. Continuaremos nesse vácuo e quanto mais tempo levarmos mais fraturas teremos na economia, com menos investimento, acentuação da desigualdade no mercado de trabalho etc.", diz.

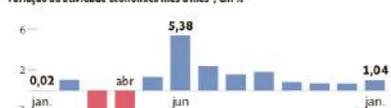
O economista chefe da JF Trust Investimentos, Eduardo Calz, afirma que o dado de janeiro surpreendeu para cima, mas que fevereiro e março devem ser piores.

"O resultado de janeiro não é uma tendência. Além do agravamento da pandemia, com novas medidas de restrição, temos efeito de inflação, que está acima das expectativas, e do câmbio, que ainda não foram captados no indicador".

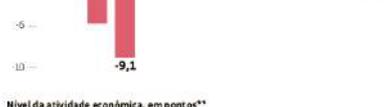
Para o analista, a atividade do primeiro trimestre do ano terá resultado negativo. "O número melhor de janeiro

Atividade econômica cresce em janeiro, indica Banco Central

Variação da atividade econômica mês a mês, em %



Nível da atividade econômica, em pontos**



* Os números podem ser diferentes dos informados anteriormente porque a série foi revisada. **Dados desazonalizados. Fonte: Banco Central.

não indica que não terá queda, mas que ela será um pouco menor", afirma.

Gustavo Bertotti, economista-chefe da Messer Investimentos, concorda que o desempenho de fevereiro e março será menor que o de janeiro. "Foi um dado positivo, mas muito disso ainda é um reflexo do relaxamento de medidas de restrição e do auxílio emergencial. Porém esse dado não se sustenta, a tendência é de queda por causa da situação que vivemos no país".

Bertotti pontua que as variáveis que contribuíram para a

melhora da economia no ano passado estão comprometidas atualmente.

"Vivemos hoje o pior momento do vírus no país, com aumento das medidas de isolamento, atraso na vacinação e ao mesmo tempo o auxílio, que está sendo discutido, deverá voltar somente em abril. Isso tudo vai começar a pesar nos indicadores", analisa.

A analista da Terra Investimentos, Heloísa Sanchez, também diz acreditar que, mesmo com a volta do auxílio emergencial, que está sendo desenhado em valor me-

nor, o impacto na atividade será limitado.

"Para os próximos meses, caso ocorram novos aumentos devido retomada do auxílio emergencial, deverão ser mais contidos, justamente pelo período em que estamos passando na economia, com todas as restrições e cenário alarmante de calamidade pública", ressalta.

No acumulado dos 12 meses terminados em janeiro, houve queda de 4,04% no indicador. Em março, quando o vírus chegou ao país, houve redução de 5,95% no setor produtivo, segundo informado na época, já sob efeito do distanciamento social. Após a revisão, a variação foi para queda de 5,76%.

Com a população em casa, o consumo diminuiu em diversos setores, como transporte e hospedagem, e a atividade econômica despencou.

O pior resultado foi registrado em abril, quando a economia caiu 9,73% (9,16% com revisão) nível mais baixo desde outubro de 2020 e maior queda entre um mês e outro em toda a série histórica, iniciada em 2003.

Maior já trouxe resultado positivo em relação a abril de 1,3%, mas ficou aquém das expectativas do mercado, que eram de 4,5%.

O IBC-Br mede a atividade econômica do país e é divulgado desde março de 2010. Ele foi criado para auxiliar em decisões de política monetária, já que não existe outro dado mensal de desempenho do setor produtivo.

O indicador leva em conta o desempenho dos principais setores da economia: indústria, agropecuária e serviços.

Dólar sobe para R\$ 5,64, e Ibovespa tem alta de 0,6%

Júlia Moura

SÃO PAULO O dólar fechou em alta de 1,42%, a R\$ 5,6306, nesta segunda-feira (15). Na máxima, a moeda foi a R\$ 5,6566, mas perdeu força após o Banco Central leiloar US\$ 1,065 à vista e US\$ 500 milhões via swaps cambiais.

Dentre todas as moedas globais, o real foi a que mais se desvalorizou no sessão.

Segundo analistas, a piora na pandemia no Brasil seguida de restrições mais rígidas, a indefinição quanto ao novo ministro da Saúde e a expectativa por decisões monetárias por aqui e nos EUA nesta semana pesaram contra a divisa.

"A pandemia ainda tem altos custos econômicos, sociais e de saúde, e todos eles sugerem que a recuperação econômica pode estagnar e que as contas fiscais e dívida pública provavelmente permanecerão sob pressão", disseram estrategistas do Societe Générale.

Isso significa um aumento nas vulnerabilidades macroeconômicas do Brasil e em prêmios de risco que eventualmente serão traduzidos em uma moeda mais fraca e curva mais inclinada".

Acompanhando os mercados no exterior, o Ibovespa subiu 0,6%, a 114.850,74 pontos. Nesta segunda, a Bolsa brasileira voltou a fechar 17h, com after market entre 17h10 e 18h.

Em Nova York, o índice S&P 500 subiu 0,65%. Já o Dow Jones teve alta de 0,53% e Nasdaq, de 1,05%.



PGFN reabre o Programa de Retomada Fiscal: empresas em recuperação judicial poderão renegociar com o Fisco

Danielle Nascimento e Irini Tsouroutsoglou*

16 de março de 2021 | 04h00

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) reabriu em 1.º/3/21 os prazos para o ingresso no Programa de Retomada Fiscal (Portaria nº 21.562, de 30 de setembro de 2020), com o objetivo de incentivar a recuperação da atividade produtiva de contribuintes que sofreram com os efeitos nefastos da pandemia do coronavírus, estimulando, por outro lado, a conformidade fiscal em relação a débitos inscritos em Dívida Ativa da União (D.A.U.).

Através das Portarias PGFN/ME nºs 2.381 e 2.382, de 26 de fevereiro de 2021, que entraram em vigor no dia 1º de março de 2021, foram disciplinados diversos instrumentos de negociação em âmbito federal, tais como a transação fiscal (individual ou por adesão), o negócio jurídico processual e o parcelamento de débitos em condições especiais para empresas que se encontram em processo de recuperação judicial, as quais poderão liquidar seus débitos com a Fazenda Nacional em até 145 prestações mensais, com descontos que podem chegar até 70% do valor total da dívida, utilizando, inclusive, precatórios federais próprios ou de terceiros para amortização ou liquidação do saldo devedor transacionado. Contudo, deverão se comprometer a manter regularidade perante o FGTS e regularizar, no prazo de 90 dias, os débitos que se tornarem exigíveis ou forem inscritos em D.A.U. após a formalização do ajuste.

As empresas que se encontram em recuperação judicial poderão apresentar proposta de transação individual anteriormente à concessão da recuperação judicial ou posteriormente, desde que o processo de recuperação judicial ainda não tenha sido encerrado e que o pedido seja realizado dentro de 60 dias da publicação da Portaria PGFN/ME nº 2.382/2020. É possível também, no prazo de 60 dias da entrada em vigor da Lei nº 14.112/2020, que essas empresas solicitem a repactuação do acordo de transação formalizado anteriormente.

Além disso, como já era esperado, a Portaria PGFN/ME nº 2.382/2020 regulamentou as modalidades de parcelamento previstas nos artigos 10-A e 10-B da Lei nº 10.522/2002, permitindo que o empresário ou a sociedade empresária em recuperação judicial possa parcelar todos os seus débitos fiscais, tributários ou não, constituídos ou não, inscritos em Dívida Ativa da União ou não.

Foram reabertos também os prazos de diversas modalidades de transação por adesão, dentre elas a transação extraordinária (Portaria PGFN nº 9.924/2020), a transação excepcional (Portaria PGFN nº 14.402/2020, Portaria PGFN nº 18.731/2020 e Portaria PGFN nº 21.561/2020) e a transação do contencioso tributário de pequeno valor (Edital PGFN nº 16/2020), possibilitando que pessoas físicas e jurídicas possam negociar com a Fazenda Nacional, em condições especiais, diretamente através do portal Regularize da PGFN, entre 15 de março de 2021 e 30 de setembro de 2021 (até às 19h, horário de Brasília).

Cabe ressaltar que, de acordo com a Portaria PGFN/ME nº 2.382, a PGFN tem como obrigação presumir a boa-fé do contribuinte em relação às declarações por ele prestadas no momento da formalização da negociação, devendo, outrossim, tornar públicas todas as negociações firmadas em âmbito administrativo, ressalvadas as informações protegidas por sigilo, o que contribui diretamente para o aumento da transparência e da melhora da relação fisco-contribuinte, facilitando, outrossim, medidas de controle e fiscalização pela própria sociedade.

Como visto, o Brasil vem buscando modernização e realizando importantes avanços, sobretudo no que tange à cobrança da Dívida Ativa da União, buscando assegurar

recursos para a garantia de direitos fundamentais e para o custeio das despesas estatais. Nesse sentido, o Programa de Retomada Fiscal representa uma importante medida de auxílio na recuperação de empresas que venham enfrentando dificuldades financeiras, especialmente em tempos de pandemia e de crise econômica mundial.

***Danielle Nascimento, procuradora da Fazenda Nacional. Pós-graduada em Gestão Tributária e em Direito Público, mestre em Finanças, Tributação e Desenvolvimento pela UERJ**

***Irina Tsouroutsoglou, advogada, administradora judicial, membro da Comissão Permanente de Direito Falimentar e Recuperacional do IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo e pós-graduada e MBA em Direito da Empresa. Especialista em recuperação judicial, falência e reestruturação de empresa**

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 16/03/2021	Caderno: Economia



Remendo novo em tecido velho

É a PEC Emergencial. Tempo perdido em meio à emergência da crise sanitária

Felipe Salto, O Estado de S.Paulo

16 de março de 2021 | 03h00

No melhor cenário, a chamada PEC Emergencial mudará muito pouco a gestão das contas públicas. Costumo dizer que o Brasil é pródigo em criar regras fiscais, mas nem tanto em cumpri-las. Desta vez, nem mesmo a criação foi promissora. Eventual ajuste decorrente da proposta de emenda à Constituição só virá em 2025. No caso dos Estados e municípios, as medidas serão facultativas e sua aplicação, incerta.

O teto de gastos foi mantido, mas ficou sem sanção para o caso de burla. Rompê-lo poderia ensejar, a partir de agora, crime de responsabilidade. Os gatilhos – medidas automáticas de ajuste –, que já estavam previstos na regra do teto, serão acionados quando as despesas obrigatórias superarem 95% das despesas primárias (não incluem juros da dívida), ambas sujeitas ao teto. Os gatilhos impedem reajuste salarial a servidores, criação de despesas, correção do salário mínimo acima da inflação e contratação de pessoal (a não ser para repor aposentadorias).

As contas da Instituição Fiscal Independente (IFI), contudo, mostram que os 95% só seriam atingidos em 2025. Em 2020 o indicador ficou em 92,6% e em 2021 a projeção é de 93,4%. Assim, levando em conta que o objetivo era tomar medidas “emergenciais”, o percentual proposto foi mal calibrado. Algumas áreas poderão acionar gatilhos mais cedo, já que a regra será aplicada por Poder e por órgão, mas sem efeito agregado relevante.

Então, não haverá reforço do ajuste fiscal. A ideia do Ministério da Economia era trocar o auxílio emergencial pela aprovação de um programa de consolidação fiscal. Isso não

ocorreu. O auxílio foi viabilizado pela PEC, mas não haverá contenção adicional do gasto ou geração de novas receitas em horizonte de quatro anos.

Mais do que isso, em 2022, ano eleitoral, a porta para reajustes salariais estará aberta. O teto de gastos precisará ser observado, mas um eventual espaço orçamentário poderá ser canalizado para beneficiar certas categorias do serviço público. Essa não é uma tendência nova sob o atual governo. Basta ver que a reforma da previdência dos militares, em 2019, garantiu reajustes com custo de R\$ 7,1 bilhões já em 2021. O restante dos servidores não ganhou o mesmo tratamento.

Durante a votação da PEC Emergencial na Câmara dos Deputados, o governo firmou acordo que enfraqueceu os gatilhos. A possibilidade de barrar as chamadas progressões e promoções dos servidores, no cenário de gatilhos acionados, saiu do texto. Em *live* do dia 11 de março, o presidente da República destacou essa blindagem, citando servidores da área de segurança pública e das Forças Armadas. A mudança abrange todos, mas essa revelação de preferência é digna de nota.

Na parte que trata do auxílio emergencial, constitucionalizou-se a permissão para financiá-lo por crédito extraordinário. Essa prerrogativa já estava prevista na Constituição, justificadas a imprevisibilidade e a urgência do gasto. Dado o ritmo lento da vacinação, as medidas restritivas à circulação e ao comércio terão de ser mantidas para preservar vidas e evitar o colapso total do sistema hospitalar. Isso retardará a recuperação da renda e do emprego. O risco é claro: para editar um provável novo crédito extraordinário, fora do teto, outra PEC será requerida.

A PEC Emergencial trata também dos chamados gastos tributários, hoje em torno de R\$ 308 bilhões – ou 4,3% do produto interno bruto (PIB). São as desonerações, os regimes especiais e as isenções tributárias que o Estado carrega há décadas sem nenhuma revisão ou avaliação. O texto aprovado obriga o governo a enviar ao Congresso, em até seis meses, um plano para redução dessas renúncias. No entanto, foram ressaltados programas que correspondem a 50% do volume total. No primeiro ano ele teria de diminuir 10% e em até oito anos, a 2% do PIB. Não há sanção prevista para o caso de o plano não ser aprovado, como alertou a jurista Élide Graziane.

As regras criadas para os Estados e municípios contemplam gatilhos iguais aos da União, mas o critério é distinto. Se a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente, as medidas poderão ser tomadas. A escolha será do prefeito ou do governador. Quem não se ajustar não terá mais aval do Tesouro Nacional em operações de crédito, a exemplo de empréstimos em bancos ou organismos multilaterais. No cálculo do Tesouro, 14 Estados já estariam em condição de acionar os gatilhos (95%). Contudo, pelos dados dos Estados, conforme mostrou a economista Vilma Pinto, nenhum governo estadual atingiu 95% em 2020.

Em resumo, o auxílio sairá do papel, autorizado pela PEC, mas poderá ser insuficiente. As compensações, em termos de redução de despesas ou aumento de receitas, não vieram. O arcabouço fiscal ficará mais complexo e, no caso da União, dificilmente produzirá efeitos concretos antes de 2025, véspera do ano em que a regra do teto poderá ser alterada, conforme prevê a Constituição. A PEC é um remendo novo em tecido velho. Tempo perdido em meio à emergência da crise sanitária.

DIRETOR EXECUTIVO DA IFI E PROFESSOR DO IDP

Economistas já veem um ambiente de estagflação no país

Situação fiscal preocupa, e começam a surgir no radar sinais de que a política monetária pode começar a perder efeito

CÁSSIA ALMEIDA
cassia@oglobo.com.br

Mesmo com a economia parada ou recuando, a inflação não dá tréguas. Economistas já olham nossos números de Produto Interno Bruto (PIB) e inflação com preocupação.

Neste semestre, a economia estará assim, estagnada ou em recessão, segundo as projeções, e a inflação chegará a mais de 7% ao ano na taxa acumulada em 12 meses. — Já estamos num processo incipiente de estagflação — diz Sergio Vale, economista-

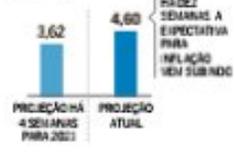
chefe da MB Associados. O mercado dá como certa a subida da Taxa Selic de 2% para 2,5% ao ano na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que começa hoje. Será a primeira elevação dos juros desde 2015. Mesma opinião tem Fabio Klein, da Tendências Consultoria, que prevê queda de 0,6% do PIB no primeiro trimestre, frente ao fim de 2020, e de 0,9% no segundo. Ao fim do ano, chegaremos a uma alta do PIB de 2,7%, abaixo do crescimento herdado do último trimestre de 2020, de 3,6%.

TRAJETÓRIA DA DÍVIDA PÚBLICA

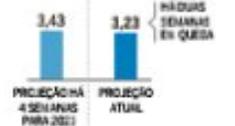


*Projeção Instituto Fiscal Independente. Fontes: Relatório de fevereiro do Instituto Fiscal Independente e E-letim Focus, do Banco Central. Editora de Arte

Projeção de mercado para o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 2021 (em %)



Projeção para PIB (Produto Interno Bruto) (em %)



em, em que pese a recessão de mais de 4%.

Para o economista da Rio Bravo, João Alves, o BC deve subir juros logo, fechando o ano em até mais de 5%, para dar um sinal claro de que está de olho na inflação, pressionada por dólar, tarifas e, se a vacinação avançar, recuperação no segundo semestre.

— Isso deve incentivar o BC a subir os juros mais rapidamente. Se isso não acontecer, as expectativas de inflação começam distantes da meta. Essas previsões do mercado sobem em há dez semanas.

SINAIS DE ALERTA ADIANTE

Nesse ambiente, que alguns economistas classificam de estagflação, começa a entrar no radar outro risco: a elevação de juros pelo BC não ter efeito no aumento de preços. É a chamada dominância fiscal: quando a dívida pública vai fi-

cando cada vez mais alta pela desconfiança dos investidores, o dólar, um dos maiores alimentadores da inflação, sobe, e os juros aumentam, pressionando a dívida, em um círculo vicioso no qual a política monetária não faz efeito.

— Dominância fiscal é uma doença degenerativa, vai aos poucos. É um caminho possível, mas não é provável para o Brasil — afirma Zeina Latif, consultora independente.

Essa aceleração da inflação e a dificuldade de controlar os gastos no pior momento da pandemia já fazem, há algum tempo, que os investidores cobrem mais para emprestar dinheiro ao governo a longo prazo. O juro desses títulos bateu 8,5% ao ano, maior patamar desde 2015, segundo Margarida Gutierrez, professora da Coppead.

Ela não vê dominância fiscal, mas diz já haver indícios,

como o juro de longo prazo:

— Estamos começando a vivenciar algumas características do processo, com os juros de longo prazo cada vez mais altos, a crise na Petrobras, a vacinação lenta, e veio a PEC Emergencial, que não terá efeito de corte de gasto a curto prazo. É questão de percepção.

A rapidez da vacinação é fundamental para estancar o processo, para que a economia ande com as próprias pernas e não precise de auxílio do governo, o que aumentaria mais os gastos públicos, lembra Margarida. A vantagem é que os juros ainda estão negativos, abaixo da inflação.

— Há uma folga — diz Armando Castelar, da Fundação Getúlio Vargas.

Ele, que não vê estagflação, lembra que mesmo que os juros subam, ainda ficaria negativos ou nulos frente à inflação, sem forçar as contas públicas.

PERANABUCO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Aviso de Habilitação. Processo Nº 0106/2021-COPLER-ALPE-0108-SAG-SGS. Objeto: Pagamento de Preços para aquisição de material de consumo, tipo Suprimento para serem utilizados em atividades de segurança, visando a atender a necessidade do Polício Militar de Pernambuco no que tange ao policiamento comunitário. Comunicamos a abertura do processo licitatório, após análise no edital. Por motivo operacional, a numeração do processo está sendo transferida para o 0106/2021-COPLER-PE-0018-SAG-DAS-SGS. As propostas e documentos enviados pelos licitantes serão analisados. Por fim, os licitantes deverão encaminhar novas propostas, observando a nova numeração no sistema e os novos termos do edital. Valor máximo aceitável de R\$ 1.805.575,2022 (um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e vinte centavos). Data de abertura: 20/03/2021, às 09:00 (horário de Brasília). O novo Edital está disponível nos canais eletrônicos: www.paranabuco.gov.br e www.licitacoes.gov.br, por meio de acesso à nova numeração. Recomendamos que os licitantes tenham a versão de abertura de habilitação em todos os documentos relacionados à classificação/habilitação previamente digitalizados. Outras informações: (81) 3163-7010. Anexo Técnico. Processo COPLER.

BNDDES MINISTÉRIO DA ECONOMIA PATRIA AMADA BRASIL
BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDDES
AVISO DE LICITAÇÃO
Lanção nº 01/2021 - BNDDES - 2ª Fase
REFERÊNCIA: alienação, por leilão, de 02 (dois) embarcações tipo PSV - Fast Supply Vessel (UT - 4000) de propriedade do BNDDES (RS Ubatuba e RS Itaparica), nas formas e condições previstas no EDITAL e seus ANEXOS.
VALOR GLOBAL MÍNIMO DE VENDA: R\$ 28.068.635,73 (vinte e oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e seiscentos e trinta e cinco reais, e setenta e três centavos).
OBJETOS: Alienação, por leilão, de 02 (dois) embarcações de propriedade do BNDDES, conforme as especificações relacionadas à classificação/habilitação previamente digitalizadas.

Leilão	Embarcação	Valor 1ª Fase
Leilão 01	Itaparica/Ubatuba	R\$ 28.068.635,73 (vinte e oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e seiscentos e trinta e cinco reais, e setenta e três centavos)
Leilão 02	Itaparica	R\$ 12.536.375,40 (doze milhões, quinhentos e trinta e seis mil e trezentos e setenta e nove reais e quatro centavos)
Leilão 03	Ubatuba	R\$ 15.532.260,33 (quinze milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos)

EDITAL: Disponível a partir de 16/03/2021, no portal www.bnddes.com.br.
DATA DA SESSÃO: 03/04/2021, às 11:00 horas (Horário de Brasília).
LOCAL DA SESSÃO: <http://licitacoes.bnddes.gov.br/lot0120210101DES>
Verificar procedimentos para participação no processo eletrônico de leilão, ANEXO VI do Edital - MANUAL DE UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA DE VIDEOCONFERÊNCIA.
FORMA DE PAGAMENTO: à Vista e à Prazo.
Com recursos próprios ou recursos obtidos por financiamento de terceiros, fracionados em 12 (doze) prestações mensais de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), em conformidade com o Edital e com o Anexo de recebimento - AR, no anexo 10, posteriormente para: Av. da República do Chile nº 100, Centro, Rio de Janeiro, CEP nº 20.021-917.
VISTORIA: A vistoria finalizada previamente agendada com antecedência mínima de 3 (três) dias da data da sessão pública do Leilão, pelo e-mail at@bnddes.gov.br, conforme item 5 do ANEXO I-PROJETO BÁSICO.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2021. Raphael Corrêgas de Moraes Zing de Gerente de Licitação 2 do AJULIC.

Goveto estuda dispensar perícia presencial no INSS

O governo estuda tornar definitiva a concessão de auxílio-doença sem necessidade de perícia médica presencial, medida adotada na pandemia por causa da restrição ao funcionamento das agências do INSS. A ideia é estabelecer a

nova regra para casos mais simples e de fácil comprovação, como fraturas, por exemplo. Neste caso, bastaria a apresentação de documentos complementares, como raios X e atestado médico, para que o segurado receba o benefício, sem precisar se deslocar até um posto de atendimento. Esse tipo de autorização es-

pecial foi inserido em uma medida provisória (MP) aprovada semana passada que amplia a margem para empréstimos consignados para aposentados e pensionistas, e vale até o fim do ano. O governo vai usar o período como teste. A medida tem potencial para reduzir a fila, que cresceu na pandemia por causa da redu-

ção de quase 60% no número de perícias médicas. Seria um avanço por estar em linha com práticas em outros países, destaca um técnico. Segundo integrantes do governo, o sistema dispõe de ferramentas para evitar fraudes, como checagem de dados sobre a identificação do beneficiário e veracidade dos atestados. No Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, a concessão automática ficaria prejudicada, pois é preciso avaliação psicossocial, com visitas a casas.

ENTREVISTA

Bruno Funchal / SECRETÁRIO DO TESOURO

Para economista, proposta de emenda à Constituição que libera o auxílio emergencial abre caminho para que dez estados adotem medidas de controle de gastos, que permitem economia de R\$ 13,5 bilhões

Promulgada ontem pelo Congresso, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza a volta de auxílio emergencial e prevê medidas de controle das contas públicas não tinha o objetivo de compensar os gastos com o benefício, mas sim re-

ver regras fiscais no país. A avaliação é do secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. Em entrevista ao GLOBO, ele destaca o efeito do texto nos governos locais. Nas contas do Tesouro, dez estados — inclusive o Rio — se enquadrariam nas regras que permitem adotar ações como o congela-

mento de salários. A economia estimada é de R\$ 13,5 bilhões. O secretário afirma que o debate sobre reduzir gastos com o funcionalismo pode voltar durante a tramitação da reforma administrativa. Funchal destaca que o melhor pacote fiscal hoje é a vacinação rápida contra a Covid-19.

'A MELHOR POLÍTICA FISCAL É VACINAR RÁPIDO A POPULAÇÃO'



De volta. Para Funchal, o debate sobre funcionalismo não foi superado com a PEC: "redução e otimização de despesa de pessoal podem vir na reforma administrativa"

MANGEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA
reunem as páginas com o texto

APEC foi avaliada por especialistas como tímida para o ajuste fiscal. Ela é suficiente?

A PEC é um dos maiores avanços desde a Lei de Responsabilidade Fiscal. O coração da PEC é lidar com a questão do teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior). E a gente ampliou isso para todos os prefeitos e governadores que, até então, não tinham instrumentos de controle de despesa obrigatória. A PEC ainda deixa mais claro o processo de calamidade. No ano passado, a crise estava vindo e estávamos muito limitados para tomar ações porque tínhamos algo muito incipiente. Outro ponto foi um plano para reduzir o gasto tributário, com uma meta de reduzir para 2% do PIB em oito anos (hoje são

4% para isenções). Também tiramos da Constituição a obrigação da União de criar uma linha para pagar precatórios (dívida reconhecida por decisão da Justiça) dos estados. E a liberação do superávit financeiro para os fundos vai liberar R\$ 160 bilhões para melhorar a gestão da dívida.

O objetivo da PEC não era economizar no curto prazo?

O objetivo dessa PEC não era fazer uma economia que compensasse os R\$ 44 bilhões do auxílio emergencial. As pessoas se apegaram muito a isso, mas esse não era o objetivo. O objetivo era: a gente precisa de uma contrapartida que mostre que estamos num processo de consolidação fiscal, que mostre credibilidade no médio e longo prazo.

O principal ponto que ficou de fora da PEC foi a autorização para corte de jornada e salário

de servidores. Ainda há espaço para negociar ou essa discussão está superada?

Não acho superada. O ganho não foi apenas a PEC, teve um ganho de debate, teve um amadurecimento. A proposta original era que voltasse na Constituição. Não foi suficiente, mas não acho que fechou a porta. Redução e otimização de despesa de pessoal podem vir de uma forma mais estruturada na reforma administrativa, que casasse com modernização do Estado. E é a próxima pauta da Câmara. Não acho que venha nesse sentido, de redução de jornada e vencimento, mas acho que venha em forma de otimização do gasto de pessoal, que vai trazer ganho fiscal de médio e longo prazo.

O limite de R\$ 44 bilhões para o auxílio é suficiente?

Foi muito importante para trazer previsibilidade especificar os R\$ 44 bilhões para o

auxílio emergencial. A gente tem quatro meses para acelerar a vacinação e vai estar rolando o auxílio emergencial. Então, a melhor política fiscal é vacinar rápido a população. Dependendo dessa velocidade, a gente não vai precisar de uma nova rodada (de auxílio). Agora, se ficar lento, eu acho que, no último mês, pode ser discutida uma coisa pontual até o processo de vacinação estar mais disseminado. O mais importante do fiscal é a retomada econômica, crescimento e redução de gastos; é a economia voltando à normalidade. Hoje, para a política fiscal, econômica, sanitária, o melhor instrumento é um: a vacinação acelerada.

Qual o impacto da PEC para os estados e municípios?

Se o estado ou município tiver uma despesa corrente acima de 95% da receita corrente, ele pode aplicar a série de

medidas que controlam a despesa obrigatória. (Para fazer a conta), a gente pegou 2020 e tirou da receita a transferência da Lei Complementar 173 (que destinou recursos para estados). Qual seria a economia se esses que estão acima dos 95% acionassem os gatilhos (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Maranhão e Acre)? Numa situação de normalidade, sem essas transferências, seriam R\$ 13,5 bilhões para estados e R\$ 11,2 bilhões para municípios. Só que também poderia usar os gatilhos acima de 85% (com autorização do Legislativo local). Nesse caso, chega a R\$ 93 bilhões para estados e R\$ 54 bilhões para os municípios. Esse é o ganho máximo se todos implementassem os gatilhos para fazer com que as despesas se enquadrem dentro de 85% da receita.

O acionamento do gatilho não é obrigatório para os estados e municípios. Como fazer para eles acionarem?

Se você fizer o ajuste e usar o gatilho, mantém os seus benefícios de ter avaliado o Tesouro para operação de crédito e qualquer repactuação futura de crédito. Faria sentido continuar concedendo garantia para quem não faz o seu dever de casa e pode empurrar depois a conta para a União? Não faz sentido. Por isso, a gente incorporou a vedação ao aval da União em operações de crédito e à repactuação da dívida.

Quando a União irá acionar os gatilhos e congelar despesas?

Na medida em que a despesa obrigatória volte a crescer, em situações normais, sem dar reajuste a servidor, esse engatilhamento seria entre 2024 e 2025. Agora, pode vir antes, dependendo de decisões de criação de despesa obrigatória. O importante é que temos uma regra clara.

Qual a economia para a União?

Especificamente com pessoal é algo entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões (por ano), dependendo do cenário do reajuste que aconteceria se não tivesse engatilhado.

Com inflação mais alta, aumenta o limite de despesas da União previsto no teto de gastos. Haverá reajuste para os servidores no próximo ano?

Uma coisa que a gente precisa deixar claro para todos os tomadores de decisão é que vai ter esse espaço durante um ano, mas que esse espaço vai ser consumido ao longo do tempo pelo crescimento das despesas obrigatórias porque são indexadas. Vai existir um espaço para decisão de Orçamento e vai precisar tomar uma decisão. Quero investir mais? Quero aumentar o Bolsa Família? Quero dar reajuste? Isso tudo tem que estar na mesa e tomar uma decisão. É legítimo que o reajuste seja colocado na mesa. Mas um reajuste tem efeito permanente. É como se deixasse de investir "X" bilhões de reais por ano todos os anos. Essa é a escolha que vai estar sendo feita. O mais importante é a gente ter a real noção das consequências. Se for para fazer investimento, quanto que vai ter de espaço? Se for reajuste, quanto tem e qual é a repercussão? Se for para reaver programas de renda, como se faz qual é a repercussão? Tudo isso está competindo por espaço.

Espaço maior no teto não aumenta a pressão por gastos, ainda mais em ano eleitoral?

Pressão por gasto tem todo ano. O mais importante é ficar claro que esse gasto compete entre si. A gente tem que ter claro que se for ter reajuste, ele vai estar reduzindo investimento ou espaço para programa de transferência de renda. Ai é decidir qual o mais relevante. É legítimo que seja discutido (o reajuste)? É legítimo. Agora, tem os dois lados

Governo deve informar hoje detalhes sobre o auxílio emergencial

MADEIRA

O governo corre para lançar hoje a medida provisória (MP) com os detalhes da nova rodada do auxílio emergencial, após a promulgação da pro-

posta de emenda à Constituição (PEC) que destava o benefício. O plano é divulgar também o calendário da Caixa Econômica Federal para o crédito dos recursos. Segundo uma fonte do governo, faltam

apenas ajustes burocráticos.

O pagamento deve começar na primeira semana de abril, indo até o fim de agosto para saques residuais. Os primeiros serão os trabalhadores inscritos no CadÚnico, de Ministé-

rio da Cidadania, seguidos pelos informais cadastrados no aplicativo da Caixa e, por fim, os beneficiários do Bolsa Família, a partir de 16 de abril.

Este mês, os beneficiários do Bolsa Família receberão os

valores habituais. Técnicos avaliaram que seria arriscado paralisar o sistema e rodar uma nova folha com os valores do auxílio emergencial. Poderia não haver tempo, e as pessoas ficarem sem receber

no dia previsto, disse a fonte.

O novo auxílio será no valor mensal de R\$ 250, paga a um membro da família considerada em situação vulnerável. Mulheres com filhos terão direito a R\$ 375, e quem mora sozinho, a R\$ 150.

A Caixa deve instituir horário especial para cerca de 700 agências (Geraldá Doca)

Atividade surpreende em janeiro, mas tem fôlego curto

Alta de 1,04% do IBC-Br não deve se repetir em março

Por Anaïs Fernandes e Estevão Taiar — De São Paulo

16/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Assim como em 2020, março caminha para ser um mês de virada negativa na atividade brasileira deste ano, afetado pela piora da pandemia e das condições financeiras. Números oficiais mostram que a economia rodou acima do esperado

em janeiro, e indicadores antecedentes de fevereiro também sustentam perspectiva positiva. Mas não há muito mais o que comemorar à frente, segundo economista.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) subiu 1,04% em janeiro, na comparação dessazonalizada com dezembro, divulgou ontem a autoridade monetária. O resultado veio bem acima da mediana colhida pelo Valor Data, de 0,5%. Foi a primeira vez que o IBC-Br superou o nível pré-covid (fevereiro de 2020), em 0,2%. Em relação a janeiro do ano passado, o índice caiu 0,46% e, em 12 meses (métrica mais estável), recuou 4,04%. Na média móvel trimestral, usada para captar tendências, porém, subiu 0,83%, ante os três meses até dezembro.

Marcela Rocha, economista-chefe da Claritas, observa que o índice acelerou em relação ao fim de 2020 e mostrou que, embora o avanço não tenha sido generalizado - a indústria subiu 0,4% e o setor de serviços, 0,6%, mas o varejo ampliado (inclui veículos e material de construção) caiu 2,1% -, segmentos com bom desempenho conseguiram compensar os mais fracos. "É o retrato de que a atividade tinha começado 2021 melhor do que imaginávamos", afirma.

Além disso, dados preliminares de fevereiro apontam que a moderação na economia não foi tão forte, diz ela, citando produção de papel ondulado, fluxo de veículos pesados, entre outros. A Claritas vê alta de 0,4% no IBC-Br de fevereiro. "O problema é março. Não podemos comemorar, estamos olhando para o retrovisor. Inevitavelmente, deve ser bem mais negativo", afirma Marcela. Ela prevê queda de 0,3% para o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre.

Se fosse levar em conta só indicadores do primeiro bimestre, a LCA Consultores poderia estar revisando para cima projeções de atividade, diz o economista Rodrigo Nishida. "Mas não é o que está acontecendo." Em março, o que se viu foi a piora acentuada da pandemia, com medidas de restrição mais severas e percepção de gravidade maior pela população. "Tudo isso deve chegar à atividade", diz ele. Somam-se ao cenário condições financeiras mais apertadas, com desvalorização cambial, aceleração da inflação e curva de juros mais inclinada, lembra Nishida.

Dona de subsidiária brasileira é investigada nos EUA

Bahia Mineração integra um conglomerado do Cazaquistão com negócios em Rússia e China e intensa atuação na África

Por **André Guilherme Vieira** — De São Paulo

16/03/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

À frente de um dos maiores projetos de exploração mineral do país, a Bahia Mineração S.A (Bamin) é uma das empresas subsidiárias de um conglomerado do Cazaquistão, o Eurasian Group Resources (ERG), com negócios na Rússia e na China e intensa atuação na África - sobretudo no Congo, Zimbábue, Mali e África do Sul. No Cazaquistão, o grupo detém mais de um terço das operações da indústria minerária e metalurgia.

O grupo está por trás da promessa de investimentos de R\$ 4 bilhões em logística e infraestrutura para ampliar a capacidade de produção da mina de ferro da Bamin na Bahia.

O ERG mantém braço em Ebène, nas Ilhas Maurício, licenciado para “gestão de tesouro” e ativos das empresas do grupo. O arquipélago, localizado no Oceano Índico, é relacionado como paraíso fiscal por organismos internacionais de combate à lavagem de dinheiro, como o Grupo de Ação Financeira Internacional.

No Brasil, Ilhas Maurício constam de instrução normativa da Receita que listou 53 paraísos fiscais no mundo. Esses países tributam renda com alíquota inferior a 20% e mantêm sob proteção de sigilo a composição societária de empresas em seu território, segundo o fisco.

O ERG é um grupo privado que comprou a Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC) em 2013 e está no centro de investigação da Polícia Federal americana, o FBI. Os corpos de dois ex-executivos da mineradora arrolados como testemunhas em uma das maiores investigações sobre fraude no Reino Unido, na qual o alvo é o ERG, foram achados em motel na cidade de Springfield, no Missouri, em maio de 2015. Exames detectaram malária como causa dos óbitos. Uma das hipóteses aponta para assassinato - por ser improvável que duas pessoas contraíam uma doença ao mesmo tempo e tenham piora de quadro com evolução para morte simultaneamente.

Os executivos James Bethel e Gerrit Strydom ocuparam cargos de liderança no ERG da África. O braço africano do grupo é suspeito de pagar propinas a integrantes de governos no continente. Escritório anti-fraude do Reino Unido, o Serious Fraud Office (SFO) investiga o caso.

A ERNC (atual ERG) foi fundada por três oligarcas da Ásia Central que assumiram o controle de valiosas minas do Cazaquistão durante a onda de privatizações que se seguiu ao colapso da União Soviética, no fim da década de 80. Em 2007, entrou na bolsa de valores de Londres e chegou a integrar o Índice FTSE, das cem ações mais negociadas. A ERNC adquiriu minas no Congo, Zimbábue e Mali - transações que geraram acusações de suborno.

Em 2013 o SFO passou a apurar condutas do grupo na África. Naquele ano, os fundadores - Alexander Mashkevitch, Patokh Chodiev e Alijan Ibragimov - voltaram a fechar o capital da empresa e levaram a sede para Luxemburgo.

O ERG também é investigado pelo Departamento de Justiça dos EUA e pela SEC (equivalente à Comissão de Valores Mobiliários brasileira). Apuram possível "má conduta grave", com "pagamentos suspeitos" na compra de ativos de platina de uma estatal do Zimbábue. O caso passou ao interesse de investigadores americanos porque em 2008 surgiram indícios de pagamentos de suborno da ERNC ao partido do então ditador do Zimbábue, Robert Mugabe, além da compra de armas da China com recursos da Och-Ziff Capital Management Group, Inc. - atual Sculptor Capital, empresa que oferece serviços de gestão de ativos e que tem sede em Nova York.

No Brasil, a Eire Mineração Ltda. mostra a ligação entre a Bamin e o ERG. Cancelada em dezembro de 2017, a Eire é relacionada na Receita à Bamin e à Bahia Minerals B.V - uma holding sócia da pessoa jurídica do ERG, domiciliada desde 2008 na Holanda. Procurado por e-mails que constam de seu site, o ERG não respondeu à reportagem até a conclusão desta edição.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sapatilha desenvolvida na Austrália chega ao Brasil e garante proteção em praias e cachoeiras

MOSALI

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Bônus de até R\$ 15 mil para Sprinter!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Chegou a hora de você se inscrever no processo seletivo 2021.1!

FAM

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Corra que as assets independentes vêm aí!

VALOR INVESTE

Lula x Bolsonaro: Como o mercado reage ao discurso do ex-presidente

Lei do Gás Natural tem alta chance de aprovação

Outros três projetos têm grandes chances de serem aprovados pelo Senado

Por Cristian Klein — Do Rio

16/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para votação esta semana seis propostas com relevância econômica que têm alta chance de aprovação nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

Entre os três projetos pautados pela Câmara dos Deputados estão o que trata da Lei do Gás Natural; o que isenta os consumidores do Amapá do pagamento de fatura de energia elétrica; e o que permite que os pedidos médicos para realização de exames pré-natais sejam válidos enquanto durar a pandemia.

No Senado Federal, também com alta chance de aprovação, segundo o Cebrap/Ello, estão os projetos que legislam sobre os direitos da pessoa no momento da vacinação; o combate à diferença de remuneração entre homens e mulheres; e o que versa sobre a transferência de saldos financeiros remanescentes dos fundos de saúde de Estados e municípios.

A probabilidade de aprovação dessas propostas é calculada pelo Cebrap/Ello com base num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

O Decisão Legislativa é um serviço exclusivo, desenvolvido em parceria com o Cebrap/Ello, para acompanhar o processo decisório no Congresso Nacional sobre temas relevantes para a economia.

Pacheco cobra MP do auxílio na promulgação da PEC emergencial

Edição da medida faz parte de acordo que possibilitou aprovação da proposta

Por Renan Truffi, Edna Simão e Marcelo Ribeiro — De Brasília

16/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Congresso: promulgação deu-se sob protestos da oposição que indicou a derrubada de dispositivo que excepcionaliza desvinculação de receita dos fundos — Foto: Pedro França/Agência Senado

O Congresso Nacional promulgou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial, que prevê gatilhos para a contenção de gastos públicos e regras para a retomada do pagamento do auxílio emergencial. Durante a sessão, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), cobrou do governo federal o envio

da medida provisória que vai regulamentar o valor do benefício e definir o montante de pessoas que serão atendidas nesta nova fase.

A edição da MP é parte do acordo que foi construído junto com a equipe econômica e o Palácio do Planalto. A promulgação teve participação de líderes governistas, relatores da matéria nas duas Casas e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O ministro da Economia, Paulo Guedes, e presidente Jair Bolsonaro, no entanto, não estiveram presentes.

“Desejamos, sinceramente, que esta emenda constitucional que ora promulgamos ajude a fazer a diferença. Que a pandemia seja vencida pela humanidade e que possamos em breve voltar a nos abraçar e conviver com a alegria e o afeto tão próprios do povo brasileiro”, disse Pacheco. “Registro que o Congresso Nacional aguarda com ansiedade a edição de uma MP que institua o auxílio emergencial”, emendou.

Pacheco fez uma defesa dos gatilhos fiscais, como forma de evitar a “roleta russa” do endividamento “perigoso”, mas também criticou a “ortodoxia econômica” daqueles que não considera a necessidade do auxílio num contexto de pandemia. “Se é necessário ampliar o gasto com as famílias que neste momento passam por dificuldade, é necessário também dar ao Poder Executivo mecanismos de controle das contas públicas”, resumiu.

Lira foi no mesmo sentido de Pacheco. Ele disse que PEC vai permitir o pagamento do auxílio “sem aventuras fiscais”. “Neste grave momento da vida nacional, promulgamos importante instrumento para proteção social do povo”, ressaltou.

Já a oposição protestou contra um equívoco que teria derrubado por engano um dos dispositivos da PEC emergencial. Segundo o líder da minoria no Senado, Jean Paul Prates (PT-RN), o artigo em questão listava uma série de fundos - como o da segurança e da ciência e tecnologia - que seriam excepcionalizados da desvinculação de receita dos fundos. Na avaliação do PT, isso pode permitir que o governo utilize cerca de R\$ 200 bilhões do superávit dos fundos para fazer a amortização da dívida pública. Presente à sessão, o deputado Afonso Florence (PT-BA) disse que procurou Arthur Lira e este teria reconhecido o problema.

Diante disso, a oposição deve apresentar uma PEC complementar, “espécie de PEC paralela”, para corrigir a mudança. “A utilização desses fundos jamais foi deliberada pelo Senado. Eles foram levados de roldão na Câmara dos Deputados. Em nenhum momento, aceitamos incluir esses fundos nas desvinculações. Estamos apresentando uma PEC para corrigir essa distorção. Não concordamos que o governo retire recursos desses fundos estratégicos para o país”, explicou Jean Paul Prates.

Pacheco também indicou apoio ao acordo. “Se houver a necessidade de uma atualização em função desses entendimentos, isso será feito”, concluiu.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Suspensão da vacina da AstraZeneca foi coordenada entre países europeus, diz ministra francesa

“É importante que não haja desconfiança da população”, nota Agnès Pannier-Runacher



Pandemia acentua déficits do país na frente social

São necessárias nove gerações, 225 anos, para uma criança nascida no grupo dos 10% mais pobres atingir o nível médio de rendimento do país

16/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Depois da escalada de mortes, um dos balanços mais dolorosos da pandemia do novo coronavírus é o do estrago que produz na área social. A pandemia prejudica em várias frentes ao provocar o empobrecimento das pessoas, inviabilizar o funcionamento normal das escolas, ampliar o desemprego e achatar a renda. Todos esses problemas ameaçam persistir neste ano no Brasil, que acaba de fechar mais uma década perdida.

A queda de 4,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado resultou em recuo de 4,8% do índice per capita. Segundo cálculo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), baseado em números do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB per capita brasileiro teve queda de 0,6%, de 2011 a 2020, levando em consideração a Paridade do Poder de Compra (PPC). Queda igual ocorreu na década de 1980, a primeira conhecida como década perdida, sob influência da crise da dívida externa, do fim do regime militar e da aceleração da inflação.

A nova década perdida começou com o fim de um ciclo de alta das commodities, foi marcada por decisões erradas na economia no mandato de Dilma Rousseff e uma persistente recessão entre o fim de 2014 até 2016, que culminou com o impeachment da ex-presidente. A partir daí houve uma recuperação medíocre, atropelada pela greve dos caminhoneiros em 2018, pelo desastre de Brumadinho, pela crise argentina e pela guerra comercial internacional, em 2019. Análise dos

especialistas da FGV Claudio Considera e Juliana Trece lembra que o próprio Banco Central estima que esses três eventos tiraram 0,67 ponto percentual do PIB de 2019. Como se tudo isso não bastasse, sobreveio a pandemia que jogou o país de volta à recessão.

Na comparação da variação média anual do PIB per capita, o Brasil registrou recuo de 0,2%, resultado sofrível em comparação com o crescimento médio anual de 2,5% dos demais emergentes e de 0,4% da média global.

O desempenho prejudicou o mercado de trabalho, a renda, a educação e a saúde. A taxa de desemprego atingiu 13,5% em 2020, com o número de desempregados chegando a 13,9 milhões. No último trimestre de 2020, a população ocupada era de 86,2 milhões de pessoas, quase 10 milhões abaixo do nível pré-covid de 95 milhões. A renda média do trabalhador ficou em R\$ 2.507, com tendência de queda. Como muitos menos estão empregados, a massa de rendimentos real habitualmente recebida por todas as pessoas ocupadas somou R\$ 210,7 bilhões no quarto trimestre, número 6,5% inferior ao de igual período de 2019, ou R\$ 14,8 bilhões menor.

O auxílio emergencial funcionou como amortecedor. Mas ele acabou neste ano e como o desemprego segue elevado, a situação da população mais necessitada ficou difícil. Segundo cálculos do Ibre/FGV, a pobreza extrema atingiu entre 10% e 15% da população, em janeiro, e a pobreza, entre 30% e 35% - bem acima dos 9,6% e 25%, respectivamente, de 2019.

Na educação, se 90% dos alunos de escolas particulares conseguiram interagir com os professores no ano passado, inclusive com recursos virtuais, segundo a pesquisa "Juventudes e a pandemia do coronavírus", apenas 30% dos estudantes da rede pública foram bem-sucedidos.

A precariedade do ensino vai acentuar as falhas de desempenho dos estudantes que ficaram entre os 21 piores no mais recente exame internacional Pisa, aplicado em 2018, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em jovens de 15 anos de 79 países.

O conjunto emperra ainda mais a mobilidade social, que, desde os tempos coloniais, nunca foi fácil no país. Estudo da OCDE de 2018 colocou o Brasil como segundo pior entre 30 estudados em mobilidade social, medida pelo número de gerações necessárias para uma criança nascida no grupo dos 10% mais pobres atingir o nível médio de rendimento do país. No caso do Brasil, seriam necessárias nove gerações, 225 anos. O mesmo número foi atribuído à África do Sul. Somente tinha uma mobilidade pior a Colômbia, onde o período de ascensão levaria 11 gerações, ou 275 anos. Na dianteira está a Dinamarca, onde a ascensão social leva duas gerações, ou 50 anos. Na média dos países da OCDE, são necessárias 4,5 gerações para que esta evolução ocorra.

A mobilidade social deveria ser promovida não só porque beneficia as pessoas, reduz conflitos e favorece a coesão social, qualidades das quais o país está necessitado, como também é um firme alicerce para o crescimento econômico.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

Suspensão da vacina da AstraZeneca foi coordenada entre países europeus, diz ministra francesa

"É importante que não haja desconfiança da população", nota Agnès Pannier-Runacher

Projeto altera LDO para poder pagar salário de abril

Medida foi necessária porque desembolso estava travado pela “regra de ouro” das contas públicas

Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

16/03/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Sem o Orçamento deste ano aprovado, o governo foi obrigado a encaminhar um projeto de lei ontem ao Congresso Nacional para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 e, dessa forma, assegurar o pagamento dos salários dos servidores públicos em abril. O texto, que ainda precisa de aprovação do Legislativo, viabilizará a execução de parte dos gastos que estão travados devido à “regra de ouro” das contas públicas - que determina que o governo não pode se endividar para cobrir gastos correntes.

Segundo fonte ouvida pelo **Valor**, a expectativa é que a peça orçamentária deste ano seja votada entre os dias 22 e 26 de março. A previsão anterior era de que até o dia 20 o Orçamento estivesse aprovado. “O PL é necessário dado o atraso na aprovação [do Orçamento]”, explicou um técnico da área econômica.

Ao informar o envio do projeto de lei ao Congresso, o Ministério da Economia informou que o principal objetivo da proposta é permitir a execução de programações orçamentárias que estão condicionadas à aprovação das operações de crédito limitadas pela “regra” de ouro e que dependeriam da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 para serem remanejadas.

Segundo a pasta, com a aprovação da lei, será possível utilizar, por exemplo, o valor do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de 2020 para substituir as

fontes de operações de crédito.

“O valor a ser substituído ainda está em análise, mas não será suficiente para cobrir a totalidade das ações”, acrescenta em nota. Atualmente, o ministério calcula que a insuficiência relacionada à “regra de ouro” está em R\$ 453,715 bilhões.

A proposta trata da substituição das fontes de operações de crédito por qualquer outra, mas o ministério explicou que o superávit financeiro seria responsável pelo valor mais expressivo. Em nota, a pasta afirmou também que a medida dará maior flexibilidade à União para efetuar ajustes nas programações orçamentárias na fase provisória, ou seja, até que seja aprovada a LOA, ainda em tramitação no Congresso.

Entre as despesas que atualmente demandam recursos para o pagamento, o governo destaca a folha de pagamento de pessoal ativo de alguns órgãos e entidades do Poder Executivo, os precatórios, as aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e serviços públicos essenciais, como a operação de carro-pipa no semiárido brasileiro.

O ministério explica ainda que as programações que tiverem as fontes de recursos de dívida substituídas serão executadas de acordo com o que está na LDO e, assim, não haverá liberação integral. “A suficiência continua a depender da aprovação da LOA”, explicou em nota.

Para ter validade, o projeto de lei enviado ontem precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional, ou seja, em sessão conjunta por deputados e senadores.

Já o Orçamento de 2021, apresentado no fim de agosto do ano passado pela equipe econômica, ficou atrasado frente às demandas geradas pela pandemia e ainda aguarda análise dos parlamentares. A ausência da peça orçamentária limita a execução orçamentária pelo governo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

Reforço do Bolsa Família reduziria desigualdade

Estudo divulgado nesta terça pela OCDE sugere que país deveria priorizar programa social, em vez de aposentadorias

Por Assis Moreira — De Genebra

16/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O Brasil poderia ter alcançado progresso duas vezes mais rápido na redução da desigualdade de renda se tivesse transferido para participantes da Bolsa Família o dinheiro gasto no aumento automático das aposentadorias.

A conclusão é de Jens Arnold, economista sênior da OCDE, e Matheus Buenos, aluno da Escola de Economia de Toulouse (França), em novo estudo.

Arnold, que foi o economista responsável para acompanhar a economia brasileira por vários anos, nota que os gastos sociais superam os 15% do PIB no Brasil, dos quais 13% são com aposentadoria.

Quando o governo eleva o salário mínimo, isso tem custo fiscal em razão da indexação dos benefícios da seguridade social no país. O estudo foca no período 2011-2014. O economista nota que a ideia de que os aposentados são os pobres do Brasil é muito forte e que mexer na indexação ao salário mínimo pode fazer danos à faixa mais vulnerável da sociedade. No entanto, acrescenta, “a realidade é completamente diferente”. Cerca de 55% dos brasileiros têm renda menor que o salário mínimo.

Os autores do estudo concluem que os recursos transferidos para os aposentados, graças à indexação ao salário mínimo, se tivessem sido colocados no Bolsa Família

teriam levado a um declínio 101% mais forte na desigualdade de renda em 2012, 63% em 2013 e 50% mais em 2014.

Embora o aumento do salário mínimo tenha diminuído significativamente desde 2014, as pressões políticas para crescimento real podem facilmente emergir de novo na medida em que a economia se recuperar, diz Arnold.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sapatilha especial a prova d'água é a melhor opção para não machucar os pés ou queimá-los na areia

MOSALI

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Bônus de até R\$ 15 mil para Sprinter!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Você sabe o que é Geomarketing? Confira tudo aqui

GEOFUSION

LINK PATROCINADO

Mês do consumidor com 50% de desconto e frete grátis para João Pessoa e região

ALBANE & CO

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

3 relógios por R\$ 188,00 ou 3x de 62,67 e frete grátis para todo Brasil.

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Vendas no varejo recuam 0,2% em janeiro, mostra IBGE

VALOR INVESTE

BR Malls diz que não fará negociações coletivas de aluguel de lojistas

Sem votação do Orçamento, ministérios enfrentam restrições para investir

Estratégia tem sido obter verbas extras por intermédio de emendas parlamentares

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

16/03/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

No meio de março e ainda sem o Orçamento de 2021 aprovado, ministérios vêm seus cronogramas de investimento atrasar. E, em meio a um duro ajuste fiscal, reforçam sua articulação no Congresso para elevar suas verbas por meio de emendas de parlamentares. Esse é o retrato que o **Valor** colheu, ao consultar os ministérios sobre a discussão da peça orçamentária.

Segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, só é possível executar despesas correntes de caráter inadiável, enquanto o Orçamento não estiver aprovado. Por exemplo: é possível pagar salários. Para esses gastos, é liberado a cada mês um duodécimo da verba prevista para o ano.

Despesas de outros tipos não podem ser feitas. “Portanto, os investimentos previstos no PLOA [Projeto de Lei Orçamentária Anual] 2021, no montante de R\$ 63,2 milhões, não podem ser executados”, informou o Ministério da Agricultura.

“Tais condições restritivas trazem impactos significativos, principalmente em relação às despesas de capital, uma vez que não é possível realizar novas contratações de investimento e contratos em andamento com baixo saldo de empenho ficam limitados”, disse o Ministério da Infraestrutura.

“Na tentativa de mitigar tais dificuldades, as diversas unidades do ministério promoveram ajustes nos cronogramas dos contratos para se adequarem aos saldos de empenho disponível, evitando assim a desmobilização das empresas, bem como mantendo as condições mínimas de conservação do sistema de transporte pelo qual a pasta é responsável.”

O Ministério da Defesa, por sua vez, informa que não houve impacto no cronograma de investimentos nem em outras políticas públicas. Mas afirma que dispõe de menos recursos do que o necessário, conforme a proposta de Orçamento deste ano. As despesas primárias da pasta correspondem a 1,4% do PIB, quando seriam necessários 2% do PIB “para a recuperação do poder de combate, conforme consta no documento da Estratégia Nacional de Defesa, entregue ao Congresso Nacional em 2020”. As Forças têm continuamente cortado gastos de custeio.

O Ministério de Minas e Energia informou que aguarda a aprovação do Orçamento para executar os investimentos previstos para 2021. Mas avalia que até o momento não houve impactos significativos devido à demora. Órgãos que não têm investimento como foco principal sentem menos o impacto do atraso. “As políticas públicas sob a responsabilidade do Ministério da Cidadania estão em plena execução”, informou a pasta.

Da mesma forma, as ações a cargo do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos não foram interrompidas. “Existe a permissão para execução de despesas de custeio de caráter inadiável, até o limite de um doze avos”, disse, por meio de nota. “Tal autorização permite o atendimento das principais políticas desta pasta.”

O Ministério da Justiça e Segurança Pública também tem funcionado com base nos duodécimos, segundo informou. A expectativa é que o Orçamento seja votado até o fim deste mês no Congresso e sancionado em abril

Um dos mais bem-sucedidos nessa estratégia de obter emendas de parlamentares é o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. No ano passado, ele conseguiu R\$ 2,5 bilhões extras. Na proposta de Orçamento deste ano, sua pasta recebeu R\$ 7,65 bilhões para despesas discricionárias, o que “certamente será objeto de ampliação com emendas parlamentares”, segundo o ministério.

O expediente é utilizado por outras pastas, como o Ministério da Cidadania. O Ministério da Agricultura contava com R\$ 1,3 bilhão para despesas discricionárias na proposta do Orçamento de 2021. Solicitou mais R\$ 2,8 bilhões, mas não foi atendido. Após o envio da proposta ao Congresso, porém, foram feitos entendimentos para mais R\$ 650 milhões em verbas.

A pasta informa que, embora a LDO permita o uso de um duodécimo das verbas de custeio a cada mês, o decreto que contém a programação de gastos do governo restringe o gasto a 1/18. Por isso, vai pedir ampliação do limite.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Melasma tem solução: Anvisa libera fórmula que clareia mancha em casa

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O substituto do fio dental está em promoção! 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Bônus de até R\$ 15 mil para Sprinter!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula para calvície que cria mais de 14 mil novos fios de cabelo

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Enviamos para JOÃO PESSOA o melhor sutiã da sua vida.

LETIKPÁ BOUTIQUE

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Marketing de produto financeiro e a diversificação de investimento